

director António Realinho

VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

14 edição

outubro . novembro . dezembro

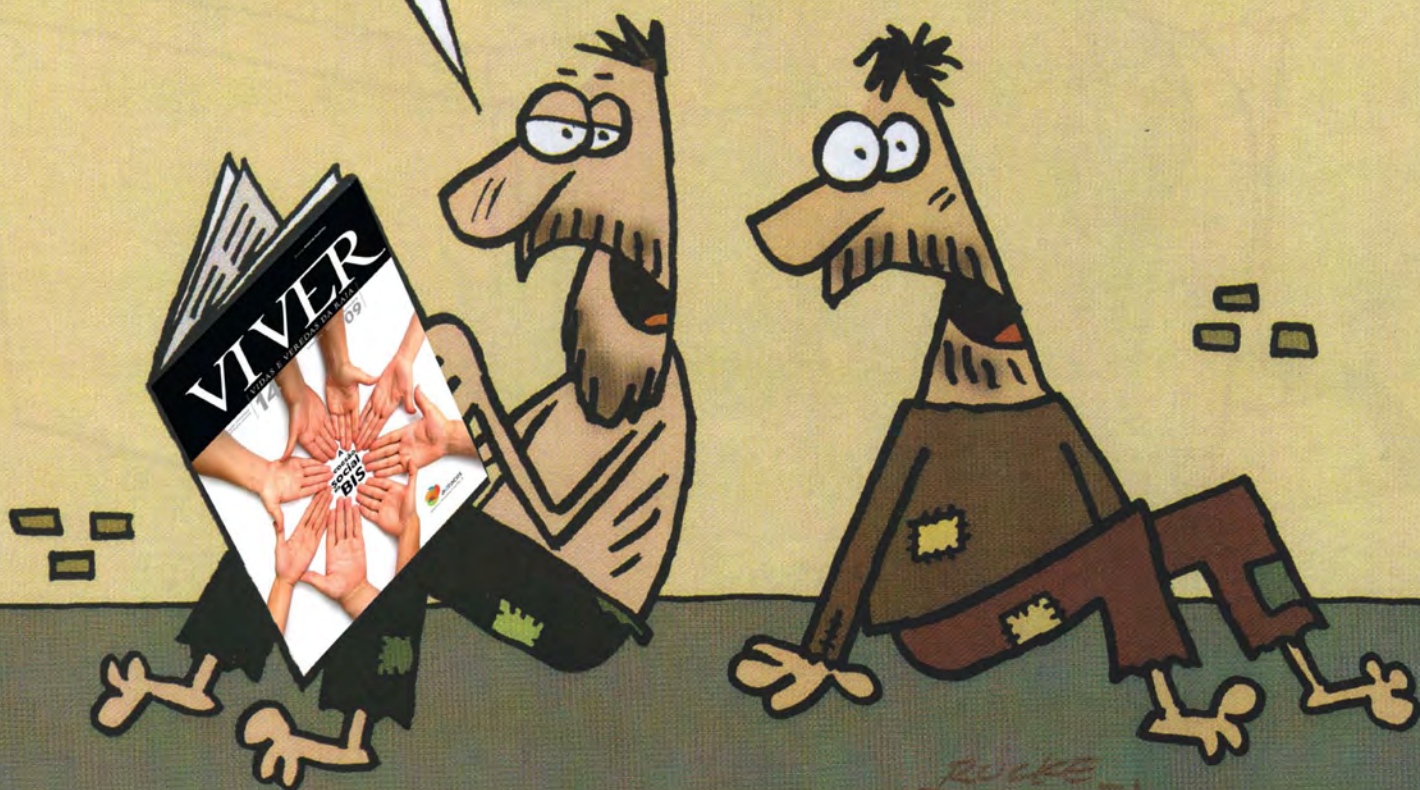
'09



A
coesão
social
da
BIS

O QUE DIZ AÍ NA REVISTA

NÃO SEI, MAS
NÃO DEVE SER
NADA IMPORTANTE!



VIVER
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

14

edição

outubro . novembro . dezembro '09

Estatuto Editorial e Estatuto Redactorial da Revista VIVER

Consulte a página:

www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65

MAIS UM ANO... OUTRA ETAPA COMEÇA!

António Realinho
[O Director]

Pacientes e muito considerados leitores, com este número da VIVER conclui-se um ciclo iniciado há quase quatro anos e, esperamos nós, abre-se outro que durará (se essa for a vontade “dos Deuses e dos Homens” que interferem nestas coisas), enquanto pudermos e soubermos ser úteis à causa maior do Progresso e do melhor nível de vida possível para os habitantes desta BIS.

(A propósito, como acham que se deveriam chamar os habitantes da BIS? Muitas são as alternativas que me ocorrem, umas mais adequadas que outras; se puderem contribuir, a equipa da VIVER agradece).

Quatro anos após o nosso primeiro aparecimento, entendemos ter-nos apresentado a um significativo número de pessoas e instituições da BIS, pessoas e instituições que consideramos as raízes que hão-de alimentar as nossas energias para continuar a pugnar pela afirmação deste território, não só a nível local e nacional, como também para cuidar da sua projecção a nível europeu.

De Portugal para a Europa e para a evolução da Humanidade, têm saído grandes e exemplares ideias e contribuições, algumas delas, protagonizadas por gente originária destas Aldeias, Vilas e Cidades cá da BIS.

Pensamos ser chegado o tempo de mostrar, para lá de todas as fronteiras físicas, culturais ou políticas, quem somos, de onde somos. O que é a Beira Interior Sul - BIS como sub-região do Centro de Portugal, porque, fazendo-o, distinguindo-nos e afirmando a nossa identidade no contexto nacional e europeu, estaremos a contribuir para aumentar a diversidade que enriquece e torna ímpar no Mundo o grande projecto da U.E.

Neste novo ciclo que agora desejamos abrir, apoiados pela vontade política das autarquias e responsáveis pelos poderes locais, pelos sectores progressistas e dinâmicos das nossas Comunidades rurais e urbanas, estimulados pela participação crescente dos cidadãos da BIS, estamos decididos a intensificar a utilização da VIVER e os recursos de que possamos dispor, na mobilização de vontades e apoios para o grande objectivo de criar para este território uma IDENTIDADE capaz de aumentar e consolidar a nossa união em volta de objectivos estratégicos comuns.

Dando conteúdo a este propósito, tentaremos que a VIVER ganhe capacidade para, em breve, trazer até ao nosso território, alguns dos mais importantes e reconhecidos dirigentes da U.E.

A promoção de encontros de nível e abrangência europeia é uma das vias possíveis para promover a diversificação e internacionalização dos mercados para os nossos produtos, ao mesmo tempo que promove a atracção pelas originalidades do nosso território.

Caros e estimados leitores: no início deste novo ano que todos anunciam difícil, preparemo-nos, todos, para que cada um de nós encontre em seu coração a força de tornar mais leves as dificuldades dos mais sofrendores. São estes os meus votos.

edição **14**
outubro . novembro . dezembro
'09

VIVER

ficha técnica

Director António Realinho

Director Adjunto Teresa Magalhães

Editor Geral Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós

Coordenação da Redacção Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão

Director Comercial Luís Andrade

Design e Direcção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Colaboradores Abel Cuncas, Ana Paula Fitas, António Salgado, Assunção Pedrosa, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Gérard Peltre, Jean Charles Lollier, João Carlos Pinho, João Manuel Duarte, Manuel Santos Jorge, Joaquim Alberto, José Portela, Luís P. Soares, Lopes Marcelo, Margarida Cristóvão, Miguel Freitas, Moisés Espírito Santo, Paulo Pinto, Sandra Vicente.

Depósito Legal 289795/09

Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Trimestral

Tiragem 3000 exemplares

Propriedade

ADRACES

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
www.adraces.pt

Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Telef. +351-272540200 Fax. +351-272540209
Número de Identificação Fiscal (NIF): 502706759
Sede da Redacção: Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
E-mail: viver@adraces.pt

conteúdos

01 DO DIRECTOR

Mais um ano... Outra etapa começa!

03 DO EDITOR

Coesão sim... individualismo não

04 ONDAS CURTAS EUROPEIAS

Que Futuro para a Política Rural Europeia por Jean Charles Lollier

Compreender a linguagem e os procedimentos da Comissão Europeia, "Governo da Europa"

Sobre a Reforma do Orçamento da UE para o período 2014-2020

Opinião dos cidadãos europeus

14 ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

Carta de Nampula

Carta de Paris

18 GRANDE TEMA

A Coesão Social da BIS

38 TEM A PALAVRA

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova

40 AO SABOR DA PENA

Desenvolvimento rural: primeiro as pessoas!

Braços do mesmo Tronco

43 INOVADORES E PIONEIROS

Luís Gomes Filipe —"No princípio eu era o retornado
Passado algum tempo...
Todos me pediam emprego!"

47 QUIOSQUE DA BIS



adraces

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

COESÃO SIM... INDIVIDUALISMO NÃO

Camilo Mortágua
[O Editor]

I

É esta a principal razão da existência desta revista. Se ainda existissem dúvidas, neste número reafirmamos, de forma que julgamos clara, que a causa primeira da nossa acção e motivação é a de ajudar a unir as pessoas e as instituições públicas e privadas, em torno de objectivos comuns para este território provisoriamente designado por BIS.

Segundo uma já antiga definição, o “desenvolvimento” só é possível lá onde as pessoas são capazes de se unirem para atingir objectivos comuns.

É nisto que estamos empenhados, sem desânimos nem pressas. Após 13 números dedicados aos mais variados temas sectoriais, chegou a vez de assumir o combate central pelo desenvolvimento da BIS, o da sua COESÃO para que o seu desenvolvimento seja possível.

Temos consciência da lonjura do caminho a percorrer, das incompreensões que iremos defrontar, das atitudes de cepticismo a combater, dos tradicionais egoísmos descabidos e primários a ultrapassar... temos consciência disso, mas não desistimos!

Não desistimos, porque estamos convictos da razão que nos assiste e estimulados pelas inúmeras vozes que incitam a continuar.

II

A BIS não é uma invenção nossa. A nível europeu, é uma das unidades territoriais em que a Europa está dividida. Não só por essa razão, mas também por ser uma sub-região coerente e contígua, com história, tradições e hábitos culturais idênticos. A VIVER e a ADRACES são, por vontade dos autarcas dos seus quatro municípios, um projecto que importa manter vivo e evolutivo, capaz de oferecer às suas populações a mais eficaz das ajudas ao seu desenvolvimento e à melhoria significativa dos seus níveis e condições de vida.

Sem descurar a valorização de todos os outros temas que possam contribuir para o prestígio deste território aquém e além fronteiras, estamos empenhados em alargar a todas as Aldeias, Vilas e Cidades da BIS a mais ampla discussão relacionada com a ideia da COESÃO destes quatro municípios, sob uma só designação e imagem.

A nossa maior responsabilidade não é a de operacionalizar a ideia procurando transformá-la em projecto; a nós compete-nos trabalhar aqui na VIVER e lá fora para que cada vez seja maior o número daqueles que estarão disponíveis e dispostos para ajudar a tornar possível essa ambição estratégica.

III

Neste número encontrareis ainda, se à sua leitura se prestarem... um excelente texto sobre o futuro da política rural europeia da autoria de um professor e investigador universitário francês de há muito ligado às questões do desenvolvimento rural, cartas de vários pontos do globo e notícias – opiniões de muitos cantos do mundo, úteis para o enriquecimento sobre os nossos conhecimentos do tempo e do modo em que vivemos...

Encontrarão igualmente (coisa que consideramos muito importante), as opiniões de pessoas da BIS emitidas durante as “conversas da VIVER com...”. Boa leitura. E um 2010 repleto de mudanças ... sobretudo de nós próprios para com os outros.

Dê a sua opinião. Este artigo pode ser comentado no blogue da Revista VIVER através do endereço electrónico <http://revistaviver.blogspot.com>



ONDAS CURTAS EUROPEIAS

QUE FUTURO PARA A POLÍTICA RURAL EUROPEIA?

Jean Charles Lollier

[Maître de conférence Associé
Université de Bretagne Occidentale (Brest)]*Tradução livre: C. Mortágua*

Esquecida do Tratado de Roma, parente pobre da Política Agrícola Comum – PAC, dominada pelo “URBANO” na política de coesão, a política rural europeia, será ela enfim reconhecida? Ou continuará a ser espremida entre uma PAC agrícola e uma política de coesão preocupada com os espaços urbanos e a competitividade das empresas? Ou poderá ocupar um lugar próprio e a parte inteira nas políticas territoriais europeias, já anunciadas?

Se os territórios rurais não ocupam mais do que 20% da população, eles abrangem mais de 70% do espaço europeu, e num contexto de grande desafio ambiental (aquecimento, energia, água, segurança alimentar) e demográfico, desempenharão um papel primordial na União Europeia do futuro.

DE PARENTE POBRE A VARIÁVEL DE AJUSTAMENTO!!!

Do tratado de Roma de 1957 que apenas fazia referência às disparidades estruturais das regiões agrícolas, aos últimos regulamentos FEADER, passando pelas medidas sócio-estruturantes de 1964 ou ainda pelas medidas de acompanhamento de 1992, a ruralidade sempre teve dificuldades em encontrar o seu lugar na PAC, pois esta sempre foi assimilada a “actividade agrícola” e o mundo agrícola via mal a “sua” PAC, produto de longa luta, a financiar comerciantes e artesãos ou serviços.

Com as conferências rurais de “INVERNESSE” e “Cork”, das quais resultaram o segundo pilar da PAC em 2000 e a criação da iniciativa comunitária LEADER, a especificidade rural começava a estruturar-se e a obter as primeiras medidas concretas, até porque do lado da política de coesão, as zonas rurais, através do “objectivo 5b” tinham os seus financiamentos próprios no quadro do FEDER e do FSE (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo Social Europeu).

Assim, projectos apoiando serviços essenciais para as populações rurais como a renovação e desenvolvimento das aldeias, a diversificação de actividades, as actividades turísticas e artesanais, etc..., puderam a partir de então ser financiados pela PAC.

Mas continuava a existir um grande problema. Embora estes projectos rurais passassem a ter base legal, faltava ainda que as autoridades nacionais e/ou regionais, encarregues da implementação destes programas, decidissem afectar-lhes os recursos financeiros à altura das necessidades e das ambições, já que os regulamentos lhes deixavam a escolha da repartição entre acções.

Durante o período passado, somente 10% dos fundos do segundo pilar (FEOGA) beneficiaram acções não agrícolas.

A título de comparação, o FEDER consagra aproximadamente 20% dos seus fundos às zonas rurais, ou seja, um bilião de euros por ano.

Em França, primeiro país beneficiário do segundo pilar da PAC (FEOGA), quatro acções absorvem mais de 80% do envelope do Programa Nacional Rural (PDRN), são elas: As medidas agro-ambientais, as (ICHN) indemnizações compensatórias das desvantagens naturais, apoio à instalação de jovens agricultores e ajudas à transformação.

Os financiamentos disponibilizados no segundo pilar da PAC para o período 2007 a 2013 foram determinados pelo resultado das históricas negociações da noite de 17 de Dezembro de 2005 sob presidência britânica, relativas ao orçamento global da União.

Para chegar a um acordo, Tony Blair decidiu cortar entre a proposição britânica de 850 biliões e a do grupo de Estados-membros de 871 biliões de euros. A decisão final ficou em 862 biliões.

Para chegar a este acordo, foi necessário reduzir certas linhas orçamentais. Com efeito, foi o segundo pilar e, por conseguinte, a política rural que suportou as consequências dessas reduções, passando a servir de variável de ajustamento a este acordo, conseguindo apenas obter 70 biliões dos 88 propostos pela Comissão Europeia.

Esta soma, que à primeira vista parece maior que a do período precedente, na realidade passa a ser muito inferior, por ter de ser dividida por 27 e não por 15 Estados-membros como até então. Estes anteriormente repartiam entre si 36 biliões de euros, aos quais acrescentavam o resultado da modulação, ou seja, das transferências nacionais do primeiro para o segundo pilar.

Cinco elementos fizeram com que o desenvolvimento rural servisse de variável de ajustamento para permitir o acordo de Dezembro de 2005:

- A intransigência dos Estados ditos “ricos”, negando-se a aumentar as suas contribuições.
- A recusa do mundo agrícola, não permitindo tocar no orçamento do primeiro Pilar.
- A inflexibilidade dos britânicos em relação à diminuição do seu cheque.
- O estado de desenvolvimento dos novos Estados-membros, que justificava a não redução das dotações da União, nomeadamente em matéria de política de coesão económica e social.
- A tímida presença dos grupos de pressão “lobbies” do desenvolvimento rural face aos “lobbies” em favor das cidades e das zonas urbanas.

No período actual, 2007 a 2013, o sistema em vigor difere pouco do precedente, mas realizou um importante avanço:



fixou para as autoridades nacionais e/ou regionais mínimos obrigatórios de afectação de verbas para o desenvolvimento rural. Embora estes mínimos sejam muito “mínimos”, apenas 10%, é um princípio e nada impede que os Estados-membros possam ir além dessa base mínima.

Na prática, a maioria dos Estados-membros ficou-se pelos 10%. Apenas alguns países, entre os quais a Roménia, ultrapassaram essa percentagem, indo muito além dos 30% inteiramente destinados ao desenvolvimento rural.

Em relação ao “Balanço de Saúde da PAC de 2008”, que constituiu a possibilidade de uma correcção a meio do percurso do actual QREN, este teve como efeito, modificar e aumentar a modulação (transferência do primeiro para o segundo pilar), para permitir integrar no desenvolvimento rural os novos desafios ambientais, tais que mudanças climáticas, energias renováveis, gestão da água, biodiversidade e inovação.

QUE BALANÇO, QUE ENSINAMENTOS TIRAR?

Em 50 anos, a política rural estruturou-se, reforçou-se financeiramente e sobretudo provou a sua eficácia e, portanto, a sua pertinência nos territórios, mas, apesar de tudo, deixa um sentimento de coisa inacabada e continua comprimida e empurrada de um lado para o outro entre uma PAC demasiado agrícola e uma política de coesão excessivamente urbana e infra-estrutural.

A política rural de amanhã, quer dizer, de 2014 a 2020, que vai ser negociada como todas as outras políticas comunitárias durante o próximo ano, deverá ter em conta as actuais críticas, que são múltiplas e muito diversas, ao mesmo tempo políticas, administrativas e conceptuais.

Políticas:

- A fragilidade dos “lobbies” rurais em Bruxelas não tem tido peso frente aos “lobbies” agrícolas e urbanos nas negociações com as instâncias comunitárias.

- Salvo uma tentativa de Jacques Delors, a Comissão Europeia jamais teve vontade de separar a política rural da política agrícola, receando melindrar a profissão agrícola e pôr em causa a sua organização interna.

- Ao deixar a política rural entalada entre duas políticas (PAC e Coesão), a Comissão deixa um vazio entre o que depende da PAC e o que depende da Coesão.

- Ao introduzir o princípio da modulação (retirar uma percentagem do primeiro pilar para financiar uma parte do segundo), as instâncias comunitárias exacerbaram as ambições do sector agrícola, no sentido de esvaziar o segundo pilar em favor das suas acções.

- Com o decorrer dos anos, a política de Coesão abandonou a solidariedade em benefício da competitividade e, em consequência, favoreceu o abandono das zonas rurais em benefício das zonas industriais e/ou urbanas.

Administrativas:

- Por falta de imposição de percentagens consequentes e obrigatórias, a parte do rural não agrícola do segundo pilar acaba por ser demasiado modesta, apenas 17%.

- O FEADER não está adaptado a certas acções próprias do desenvolvimento rural, como por exemplo: as acções plurianuais e a coexistência do FEADER e do FEDER criam problemas à sua gestão quotidiana, já que as regras são diferentes (controlos, sanções, arranque dos trabalhos, órgãos de gestão, etc.)

- A iniciativa LEADER, que teve um real sucesso no seu início porque o seu funcionamento simples e maleável correspondia exactamente às necessidades dos territórios rurais pouco organizados e sem grandes meios de engenharia projectual e financeira, ao adoptar procedimentos extremamente pesados, de ano para ano transformou-se num simples eixo dos programas rurais com toda a complexidade que os caracteriza.

- As ICHN, que são destinadas a apoiar as zonas agrícolas difíceis (montanhas, ilhas, etc.), são demasiado concebidas sobre critérios económicos agrícolas e não suficientemente territoriais ou ambientais.



- A “eco-condicionalidade”, apesar da sua inteira pertinência, na sua forma actual, é muito complexa, insuficientemente eficaz e sujeita a enormes incorrecções reveladas pelos controles.

Conceptuais:

- A dualidade entre o primeiro e o segundo pilar perde a sua pertinência com o balanço de saúde da PAC. Primeiro e segundo pilar confundem-se, tal é a semelhança das suas medidas, tão conjunturais como estruturais elas são (DPU regionais, artigo 68, medidas em favor da produção leiteira, etc.).

- A política rural europeia, porque demasiado dependente duma política sectorial como a PAC, não conseguiu resolver verdadeiramente os problemas dos territórios rurais.

- Desde sempre, as políticas rurais foram consideradas como políticas que visavam compensar “os handicaps”, as desvantagens, e conceder discriminações positivas aos territórios rurais. De tais raciocínios, chega-se a considerar os territórios urbanos como únicos vectores de criação de emprego e crescimento, ao contrário dos territórios rurais, tidos como lugares destinados às actividades recreativas produtoras de amenidades positivas. Com os desafios ambientais que nos esperam e as relações rural/urbano cada vez mais estreitas, esta abordagem (compensação das desvantagens) deve desaparecer para dar lugar a uma nova abordagem “de desenvolvimento alternativo e complementar”.

DO SECTORIAL AO TERRITORIAL

Neste período de discussão sobre a futura programação, um número considerável de relatórios e conferências são-lhe dedicados: O relatório Barca sobre o futuro da política de Coesão, o estudo ECIPE, o estudo “Bureau et Mahé” etc., mas também textos oficiais como o Livro Verde sobre a dimensão territorial, a simplificação da PAC, aos quais se juntam as audições de “experts” especialistas, pela comissão agrícola do Parlamento Europeu.

- Estes numerosos trabalhos contêm ideias inovadoras e preconizam mudanças radicais para as duas políticas que mais impacto têm sobre as políticas rurais.

- Certos trabalhos sobre o futuro da PAC propõem pura e simplesmente a supressão da noção de pilar e criar uma PAC exclusivamente destinada a apoiar os agricultores pela sua contribuição à produção de bens públicos.

- Outros, debruçando-se sobre a política de Coesão, defendem uma coordenação muito forte entre os fundos de apoio ao desenvolvimento (FEDER, FEADER, FEP) - coordenação que possa ir até à fusão.

- Destes trabalhos e das críticas de 50 anos de política agrícola e de coesão, podemos esboçar as orientações que pode e deve adoptar a política rural europeia de amanhã.

As opções:

1. Situação actual

Esta opção consistiria em manter o desenvolvimento rural nas duas políticas (PAC e Coesão) e implicando o segundo pilar da PAC, impondo aos Estados-membros uma percentagem mínima de 20% para o eixo 3, mas também uma modificação das regras de implementação do FEADER adaptadas às acções rurais, sem esquecer uma forte concertação com a política de Coesão, nomeadamente na elaboração das orientações estratégicas e na concepção dos programas regionais.

2. A criação de um fundo especial

Este fundo seria exclusivamente destinado às acções rurais independentemente das acções agrícolas e ambientais, ou seja, das actuais acções do eixo 3 e 4 do FEADER e das novas medidas saídas do balanço de saúde da PAC sobre os aspectos não exclusivamente agrícolas (água, sobreaquecimento climático, energia, biodiversidade e inovação), com regras adaptadas ao tipo de medidas plurianuais, contractuais, etc., e com um montante financeiro próprio e independente das negociações sobre a PAC, para não servir de “variável de ajustamento”.





3. Dos programas operacionais plurifundos

- À semelhança do programa 5b, que conhecemos no passado, seria possível prever a integração de programas operacionais regionais com subprogramas territoriais centrados sobre os territórios rurais, com um financiamento de plurifundos (FEDER, FSE, FEADER, FEP).
- A transferência das acções rurais para o FEDER.
- De acordo com o constatado no Livro Verde sobre a coesão territorial e a introdução à dimensão territorial no artigo 2 do Tratado de Lisboa, uma nova dimensão deveria ser dada à política de Coesão, que tem no seu activo a redução das assimetrias entre os Países da União, mas não infelizmente entre as regiões.
- A dimensão territorial torna-se urgente e a noção de coesão da União deixa de fazer sentido, se exclui dessa coesão regiões inteiras (montanhosas, insulares, rurais, de fraca densidade demográfica).
- No início da política de Coesão (à época regional) com os PIM, as OID e depois o objectivo 5b, deu-se um agradável prenúncio do que poderia ser uma política que tivesse em consideração os aspectos territoriais por zonas, tornando os territórios mais frágeis, elegíveis às ajudas europeias num quadro de plurifundos.
- As dificuldades inerentes à definição de zonas atrasadas utilizando somente critérios quantitativos sobre as desvantagens “handicaps”, sem integrar na ponderação noções de pertinência, de complementaridade territorial e a pressão dos “lobbies” urbanos reclamando o fim das zonas, conseguiram pôr termo a esta política de identificação e de discriminação positiva das zonas mais desfavorecidas a partir de 2007, pelo menos na Europa dos 15.
- Assim, depois de 2007, a repartição dos fundos de coesão faz-se sem ter em consideração o nível de desenvolvimento das regiões da UE a 15, exceptuando certas regiões (ES, P, GR,) e, bem entendido, na Europa dos 12.

– Assim sendo, como é possível assegurar-se que os fundos não são “captados” pelas zonas urbanas e industriais, abandonando assim os territórios rurais, sem contudo recorrer ao sistema da demarcação de zonas? A solução, a exemplo do que foi feito no processo de Lisboa e de Göteborg, poderia passar por obrigar as autoridades nacionais e/ou regionais a direccionar os programas regionais para acções preferencialmente rurais, associando o rural e o urbano.

CONCLUSÃO

Certo. A política rural europeia, que jamais teve existência própria, deve poder operar num quadro jurídico e financeiro apropriado e estável, sem continuar a ser empurrada entre diferentes políticas. Mas, este “aspecto técnico” não é suficiente para resolver, só por si, os desafios com que estão confrontados os territórios rurais, na ausência de uma verdadeira política rural.

A futura política rural europeia, seja qual for o seu enquadramento geral de aplicação, deverá romper com certas práticas.

Se as políticas sectoriais como a PAC estão sujeitas à captação de fundos pelas categorias sócio-profissionais, as políticas territoriais não estão ao abrigo dessas mesmas práticas, já que os decisores locais têm demasiadas vezes tendência a privilegiar os projectos clientelares, conjunturais ou simplesmente de puro oportunismo.

Outra prática a rever: a excessiva carga administrativa da implementação dos programas, principalmente em relação aos repetidos controlos.

Para romper com estas práticas, é absolutamente necessário modificar certos aspectos essenciais:

- O da multi-governança, modificando o papel e as funções dos níveis europeu/nacional/regional/local, isto respeitando o princípio e a aplicação do quadro da subsidiariedade. Esta nova governança deverá integrar todas as etapas (concepção, decisão, pagamentos, avaliação, controlos).
- O princípio de que a definição dos objectivos deve preceder a discussão orçamental. Este acordo, negociado ao mais alto nível, deve conjuntamente estabelecer as prioridades europeias e assegurar a sua efectiva aplicação a nível nacional e local.
- O princípio das acções prioritárias, se as prioridades do FEADER (eixo 3 e 4) para o período actual guardam toda a sua pertinência (diversificação da economia e qualidade de vida, diversificação das actividades agrícolas, para além do papel de criação de micro-empresas, promoção das actividades turísticas, melhoria da qualidade de vida, serviços de base para a economia das populações, conservação e desenvolvimento das aldeias, conservação e valorização património rural), às quais se juntam as do FEDER (inovação e economia do conhecimento, acessibilidades e serviços de interesse económico rural, preservação do meio ambiente). É absolutamente necessário fixar a elegibilidade de outras acções face aos desafios europeus, por exemplo, o acompanhamento da adaptação dos territórios às mudanças climáticas, à produção de energia doce, à exclusão social, às migrações, à qualificação profissional, tudo isto num quadro territorial privilegiando as acções de inter-relação rural/urbanas, sempre que isso seja possível. ■



COMPREENDER A LINGUAGEM E OS PROCEDIMENTOS DA COMISSÃO EUROPEIA, “GOVERNO DA EUROPA”



Para a designação dos comissários

Primeira etapa

Os Estados-membros propõem o candidato por eles escolhido. Na base destas recomendações, o presidente da Comissão selecciona os membros do seu colégio pelas suas competências gerais.

Segunda etapa

O Conselho, deliberando por maioria qualificada e por comum acordo com o presidente designado, aprova a lista.

Terceira etapa

Para avaliar a capacidade de exercício de altas responsabilidades, as comissões parlamentares do parlamento europeu fazem audiências com os comissários propostos pelo presidente da Comissão e pelo Conselho.

Os deputados europeus votam, de seguida, no colégio de comissários no seu conjunto, em sessão plenária.

Este procedimento não é trivial, porque, no passado, o Parlamento já obrigou o presidente da Comissão a rever a sua equipa. Em 2004, dois comissários foram obrigados a retirar-se, enquanto um outro teve de mudar de pasta.

Além disso, após a entrada da Comissão em funções, o Parlamento Europeu dispõe ainda do poder de censura. O Parlamento pode forçá-la à demissão, como aconteceu em 1999.

O procedimento de audiência em detalhe

- Os candidatos devem responder a um questionário escrito, apresentado aos comissários parlamentares responsáveis das respectivas pastas.
- Os comissários parlamentares organizam audiências para avaliar as competências gerais dos candidatos, o seu compromisso europeu, a sua independência e os seus conhecimentos sobre as respectivas pastas. As audiências são públicas.
- Cada audiência é avaliada e dissecada pelos comissários parlamentares e grupos políticos. Após um debate, os deputados europeus aprovam ou rejeitam o novo colégio de comissários em reunião plenária. ■

A nomeação de comissários europeus

O mandato da Comissão Europeia actual terminou no passado dia 31 de Outubro. Até que o novo Colégio de comissários não ocupe as suas funções, a Comissão lida com questões de rotina. A nova equipa só tomará funções depois de ter satisfeito os procedimentos de nomeação.

Em determinada data, os países designaram o seu candidato e Durão Barroso começa a finalizar a lista que apresentará num primeiro momento ao conselho, mas, por agora, os Estados-membros estão focalizados na nomeação por dois anos e meio do futuro presidente do Conselho e do alto representante para os assuntos estrangeiros.

A entrada em funções dos novos comissários poderá acontecer no dia 1 de Janeiro de 2010 se tudo se passar como previsto e, entre os dossiers do seu novo trabalho, figurará o após-2013.

O Tratado de Lisboa previu que o número de comissários seria limitado a dois terços do número de Estados-membros, mas, devido à obtenção de um posto de comissário para a Irlanda, é provável que uma reforma do tratado volte ao sistema actual de um comissário por país.

O procedimento de investidura desenrola-se em dois momentos (artigo 214 do Tratado):

- Designação do presidente da Comissão
- Constituição da lista de comissários e nomeação da Comissão no seu conjunto

Actualmente, a primeira fase está fechada desde que Barroso foi designado pelo Conselho e que essa designação foi aprovada pelo Parlamento.

SOBRE A REFORMA DO ORÇAMENTO DA U.E. PARA O PERÍODO 2014-2020



Desde 2007, a DG AGRI tem lançado uma série de consultas e de perícias externas sobre o que deverá ser o futuro orçamento europeu.

Por força desse trabalho, a DG AGRI acaba de redigir uma comunicação datada de Outubro e ainda não publicada.

Esta comunicação da Direcção-Geral do Orçamento (DG Orçamento) servirá de base às discussões vindouras com o Parlamento e o Conselho.

Em seguida, os processos de adopção das perspectivas financeiras para o período 2014-2020 vão iniciar-se oficialmente no primeiro trimestre de 2011 e estarão concluídos definitivamente no final de 2012, inícios de 2013.

I. QUAIS SÃO OS RESULTADOS DA CONSULTA CIVIL E DOS TRABALHOS DOS ESPECIALISTAS?

As prioridades que emergiram desta consulta são:

1. Sobre a forma:

- A solidariedade e a equidade;
- O valor acrescentado europeu;
- A transparência e a simplificação.

2. Fundamentalmente:

- A competitividade e a inovação;
- As mudanças climáticas e a independência energética.

Segundo as consultas, estes domínios devem ser melhor equipados; em contrapartida, outras áreas devem ser reduzidas.

II. QUAIS AS PRIMEIRAS ORIENTAÇÕES DA DG ORÇAMENTO?

Na base destas consultas e perícias, a DG orçamento deu prioridade às seguintes temáticas:

- O crescimento sustentável e o emprego;
- O reforço das acções para o emprego, principalmente as acções de grupos sociais em territórios pouco ajudados;
- A formação ao longo da vida e a mobilidade;
- A exploração sustentável dos recursos numa sociedade com baixa produção dos níveis de carbono;
- A política externa;
- A pesquisa e a inovação.

III. QUE CRÍTICAS E MODIFICAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS ACTUAIS?

A) A política de Coesão

- Maior descentralização dos fundos e uma abordagem mais “botton up” para mobilizar os parceiros territoriais.
- O valor acrescentado europeu nas regiões mais ricas é discutível e não evidente.

B) A PAC

A PAC futura deverá responder a dois objectivos:

- Prosseguir a sua modernização a fim de responder aos novos desafios, através duma mais forte concentração das suas acções de forte valor acrescentado comunitário.
- Integrar o princípio de uma redução significativa dos fundos afectados à PAC, a fim de financiar novas prioridades.

Esta reforma é necessária em duas direcções:

1. Responder aos novos desafios através de um processo simplificado e de maior valor acrescentado

- Inovação na produção de energia;
- Prevenir as futuras crises sanitárias;
- Contribuir para a redução dos gases de efeito estufa;
- Garantir a saúde e a segurança alimentar;
- Reforçar o papel das zonas rurais.

2. Em relação ao princípio de manter os Direitos de pagamento único

- Com respeito pela Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Pela integração de elementos relativos aos serviços prestados pelos agricultores à sociedade (qualidade alimentar, contribuição para a luta contra o aquecimento climático, preservação das paisagens, etc.);

- O sistema de históricos deverá ser suprimido e o respeito pelas regras ambientais deve ser reforçado. Tudo dentro de um quadro orçamental reduzido.

Sobre a gestão administrativa e financeira PAC:

A PAC deverá ser simplificada, com o objectivo de reduzir os custos administrativos, e uma maior responsabilidade deverá ser conferida aos Estados-membros, nomeadamente através de co-financiamento nacional.

Em relação ao desenvolvimento rural:

Tem um papel especial a jogar na transição das políticas europeias, no sentido de um maior valor acrescentado comunitário no domínio do emprego, num quadro de utilização racional dos recursos.

Contudo, o aumento da modulação deve ser apenas uma opção.

Uma outra abordagem poderia consistir no tratamento de novos desafios, como as alterações climáticas, através da criação de um terceiro pilar, a fim de melhor orientar as acções financeiras.

O desenvolvimento económico deve tornar-se um instrumento da diversificação das actividades económicas e do emprego em zonas rurais.

Para aumentar o valor acrescentado dos fundos comunitários, mais fundos devem ser afectados a actividades não agrícolas e ambientais e, neste quadro, deve ocorrer uma melhor relação entre a PAC e a política de Coesão, relativamente a actividades rurais não agrícolas e externalidades.

As outras políticas

A política externa

- Um reforço da política de vizinhança e de luta contra a pobreza;
- A integração do FED no orçamento da União Europeia;
- Uma abordagem global dos fluxos migratórios e ter melhor em conta os problemas de segurança nas fronteiras;
- O aumento dos fundos relativos à prevenção de riscos no mundo e na gestão de conflitos.

As mudanças climáticas e a política energética

Uma parte deve ser tratada pela PAC e pela Coesão. A modernização dos transportes e das comunicações.

IV. AS ORIENTAÇÕES EM MATÉRIA DE GESTÃO DE FUNDOS

3 Princípios: flexibilidade, eficiência e equidade

Flexibilidade:

- Reduzir o número de capítulos orçamentais.
- Aumentar o campo da flexibilidade para poder efectuar realocações.

Eficiência:

- Simplificação.
- Melhor integrar a política de Coesão nas estratégias nacionais, particularmente para as populações rurais e pescas, e, porque não, através de programas integrados.
- Encorajar a gestão de programas similares por um único organismo.
- O co-financiamento é uma boa ferramenta para assegurar que a U.E. não financia projectos de fraco valor acrescentado e para avaliar a ratio custo/benefício de uma acção.
- Dar mais responsabilidades a certos países em matéria de controlos.
- Dotar a União Europeia de recursos próprios, nomeadamente pela criação de uma taxa de carbono.

Equidade:

- Expandir o mecanismo de correcção (britânico).

CONCLUSÃO

Aumentar o apoio para:

- O crescimento do emprego
- O clima
- A energia
- A ajuda exterior
- Os riscos

Reduzir apoios para:

- A agricultura
- As regiões ricas ■





OPINIÃO DOS CIDADÃOS EUROPEUS

1. As prioridades da Política Agrícola Comum devem ser

De acordo com uma sondagem da Comissão Europeia, os cidadãos da União Europeia consideram que as prioridades da Política Agrícola Comum (PAC) devem ser:

- Fornecer alimentos saudáveis e seguros;
- Proporcionar um nível de vida justo aos agricultores;
- Promover o respeito pelo ambiente;
- Zelar por um tratamento correcto dos animais;
- Ajudar os agricultores a adaptarem-se às expectativas dos consumidores;
- Assegurar preços razoáveis para os consumidores;
- Reforçar o crescimento e aumentar o emprego nas zonas rurais.

2. A futura Política Agrícola Comum deve ser

- Economicamente sustentável
- Socialmente sustentável
- Ambientalmente sustentável
- Ao abrigo da política de Desenvolvimento Rural, que faz parte integrante da PAC, no período 2007-2013, a União Europeia vai disponibilizar 88,3 milhões de euros para projectos de desenvolvimento rural nos 27 Estados-Membros. Pelo menos 25% deste montante devem ser gastos com projectos de apoio ao ordenamento territorial e de protecção do ambiente.

3. A qualidade dos alimentos

Mas o que se entende por qualidade?

A segurança e a higiene são, sem dúvida alguma, os aspectos fundamentais da qualidade dos alimentos.

A ecocondicionalidade, princípio segundo o qual, para beneficiarem dos subsídios agrícolas da União Europeia, os agricultores devem respeitar as regras da U.E. em matéria de ambiente, segurança dos alimentos, fitossanidade e saúde e bem-estar dos animais, foi um aspecto fundamental da reforma da PAC de 2003.

A Autoridade Europeia para a segurança dos alimentos (AESA) - não confundir com a nossa ASAE - tem a sua sede em Parma, na Itália, e, desde 2002, proporciona aos decisores europeus uma base científica sólida para definição das políticas e da legislação necessárias à protecção dos consumidores no que respeita à segurança dos alimentos.

A Comissão Europeia propõe novos critérios para a classificação das zonas desfavorecidas.

O projecto de Comunicação da Comissão deverá ser publicado a 21 de Abril próximo.

As regras existentes deverão passar de cerca de 100 indicadores a apenas oito por País.

Portugal é um dos países a quem este novo regulamento mais pode interessar, dada a superfície de terrenos susceptíveis de serem classificados.



CARTA DE
NAMPULA

ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS
Joaquim Alberto

Vivi em Moçambique durante 10 anos.

Os três primeiros foram pouco depois da independência, quando a orientação política era no sentido de construir um país diferente, onde o combate fundamental fosse a luta pela igualdade e solidariedade entre todas as pessoas. Muita gente acreditou que esse objectivo era possível, e, por isso, muita gente dedicou todo o seu tempo e dinamismo nessa luta. Tentei ajudar na organização de cooperativas agrícolas. Mas, se isso fosse fácil de conseguir, certamente que outros países o teriam já conseguido antes. Infelizmente, toda a gente tinha muita pressa, as asneiras foram-se multiplicando, e o resultado foi uma guerra civil que durou muito mais anos do que tinha durado a tentativa de construção do socialismo. Com o começo da guerra, terminou o meu sonho e vim-me embora.

Quando, muitos anos depois, a guerra acabou, voltei a Moçambique. Fora das grandes cidades, quase tudo estava destruído. Fui tentar ajudar na reconstrução. Fui por um ano e fiquei sete. Porque me entusiasmei com o trabalho e com a boa vontade daquele povo. Apesar da orientação política ter mudado, pois a luta pela igualdade e solidariedade já não interessava, o que era importante a partir dessa altura era construir uma sociedade onde cada um fizesse pela vida, onde alguns pudessem acumular o máximo possível de capital, porque sem capitalistas, não pode haver capitalismo...

Começaram nessa altura os roubos, as grades nas janelas, a corrupção, e tudo aquilo que é próprio na construção das sociedades onde se constrói desigualdade entre as pessoas. É muito mais fácil pôr as pessoas em competição, quem ficar para trás fica, do que pôr as pessoas a funcionar de maneira solidária...

Durante sete anos não voltei a Moçambique. Agora, há muito mais trânsito, de camiões, de carros e, principalmente, de motorizadas e bicicletas. O trânsito nas cidades está mesmo muito caótico. Significa que há mais pessoas com algum poder de compra. Mas parece-me que as diferenças são maiores: os ricos são mais ricos e os pobres são mais pobres. Aumentaram muito os roubos feitos com violência. As casas de habitação, com tantas grades, parecem cadeias. Mesmo os prédios muito altos têm grades até ao último andar. O medo dos ladrões é tanto, que se tem medo mesmo do vizinho do lado, até quando se vive no décimo andar ou até mais acima. Nos condomínios fechados, os muros chegam a ser mais altos que os das cadeias. Talvez a indústria que mais progrediu tenha sido a das grades nas janelas e o trabalho que emprega mais pessoas talvez seja o dos guardas privados.

A corrupção aumentou tanto, que, num país onde um salário grande é da ordem de 500 euros por mês, vemos muitas casas em construção que são autênticos palácios. Nem no tempo colonial havia casas destas. Isto não pode conseguir-se só com o salário. Por isso, para que alguma coisa avance na administração pública, a nível de papéis, licenças, etc., é sempre preciso pagar a “taxa de aceleração”. Sem isso, o melhor é desistir antes de começar.

A implantação do capitalismo em países como Moçambique é difícil, porque ainda não há moçambicanos capitalistas propriamente ditos. Os capitais são quase sempre de estrangeiros. O que há são pessoas que fazem tudo, seja de que maneira for, para acumular o capital necessário para se transformarem em capitalistas. As pessoas mais ricas do mundo são cidadãs dos países onde a dívida pública é maior, e em Moçambique as pessoas que têm poder fazem tudo por imitar o que se passa nesses países. O pior, na minha opinião, é que são as mesmas pessoas que antes se diziam socialistas, e agora ainda continuam a dizer que o são.

A esperança numa vida melhor está cada vez mais longe das pessoas e assim torna-se mais difícil construir uma nação.

Mas talvez seja um bom sinal: o número de estudantes continuar a aumentar, bem como os edifícios universitários. Talvez assim, dentro de algumas gerações, se o nível de ensino for também melhorando, seja possível o retorno da esperança e uma vida melhor venha a acontecer. O problema é que todos gostávamos de ver, agora, as coisas a melhorarem. Já.

Mas, agora, o que há são queimadas sem controlo. Até as árvores ardem, como os cajueiros e as mangueiras. Claro que, assim, as produções têm que diminuir, tanto em quantidade como em qualidade. E isto também torna difícil que a vida dos mais pobres venha a ser melhor.

Quando saí há sete anos de Nampula, ficaram aqui dois portugueses, ainda novos, a tentarem organizar uma empresa de construção. Com muita competência, trabalho e dedicação, conseguiram criar um grupo de empresas com uma vitalidade enorme. Inclusivamente, estando a triunfar onde outros, com melhores condições, tiveram que desistir, como por exemplo na indústria do caju. Têm agora quase três mil trabalhadores em todas as empresas, e são os que mais impostos pagam em toda a província de Nampula. Porque o seu programa não é fugir aos impostos (como faz a maioria dos outros empresários), mas sim desenvolver as suas empresas. Ainda não têm casa própria. Ainda vivem em pequenos apartamentos alugados. Porque todo o dinheiro que conseguem é para investir nas empresas que vão criando.

Para mim foi muito bom ter voltado a Moçambique. De facto, já estava a esquecer-me do que é um povo a viver na miséria e da incapacidade que cada um de nós tem para ajudar na solução e não para aumentar ainda mais o problema.

Neste momento só tenho uma certeza: se deixarmos de lutar para que as coisas melhorem, então tudo será muito mais difícil no futuro. ■

A full-page photograph of the Eiffel Tower in Paris. The tower is the central focus, extending from the bottom left towards the top center. It is decorated with numerous small yellow stars. The sky is a mix of blue and white clouds. In the foreground, a large, paved plaza with a grid pattern of light and dark tiles leads towards the tower. Silhouettes of people can be seen walking on the plaza and near the base of the tower. The overall mood is serene and iconic.

CARTA DE PARIS

ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

Manuel Santos Jorge

TAMBÉM EM FRANÇA A QUESTÃO IDENTITÁRIA É ACTUAL

Na sequência da tão drástica e celebrada crise económica, apenas ao desregramento financeiro (e bancário), sobretudo após 2007, o questionamento premente, sob o gume da angústia essencial, afectou não só as disciplinas da existência – ética e mesmo a teoria do conhecimento – mas insinou-se no âmago de cada um, em busca de certificação da própria identidade: quem sou eu, que somos nós?

O Ministro francês da Imigração e Identidade Nacional, E. Besson, ao diligenciar uma das propostas alvitrada pelo ainda candidato, Presidente Nicolau Sarkozy, dispõe-se a lançar uma grande campanha cívica de discussão interpelativa, acerca da identidade nacional: ser francês em que consiste, afinal.

Sob pretexto de reabilitação do vínculo cidadão, não só à terra e à língua, mas à história da comunidade, portadora de valores éticos e estéticos próprios, de símbolos distintivos, perante os outros povos, o projecto afigura-se meritório senão radicalmente necessário, em direcção do actual módulo societal, a braços com a integração de vagas migratórias sucessivas. Contudo, assevera-se altamente questionante, na complexidade plural dos elementos que engloba.

No entanto, alguns comentadores desconfiam da autenticidade averiguada de tal desígnio, dadas as circunstâncias eleitorais colidentes – eleições regionais da Primavera de 2010. Interesses eleitoralistas, talhados por oportuno calculismo, poderiam redundar em benefício da equipa actualmente no Governo.

Outros, embora parcialmente de acordo com a ideia, exprobram o método retido para tarefa tão complicada quão exigente. Sobretudo porque a campanha é conduzida superiormente pelo poder político com mandato governativo – a cargo das prefeituras, quanto à organização. Mesmo se pretende respeitar de boa fé o bem comum, não poderá fazê-lo que parcialmente, pois o discurso de fundamentação apurado, será eivado, pelo menos tendencialmente, pela ideologia congeminada pela maioria governativa.

Porquê não incumbir personalidades competentes, exercidas nas chamadas Ciências Humanas, da abrangente questão?

Na verdade, a comunidade civil ver-se-ia constringida, não só na sua liberdade de pensamento e na sua criatividade de opção, perante o desafio da opinião maioritária – o discurso correcto, há pouco tão apregoado – mas a operação de tão solícitas e boas intenções declaradas risca resvalar pelo embuste duma instrumentalização, por certo, de propósitos menos nobres.

Todavia, o cerne do problema acata considerações de outra índole.

Sabemos que o advento dum inimigo exterior (real ou imaginário), ameaçador da comunidade nacional, congrega o corpo da nação, apesar dos conflitos entre particulares, cimenta a coesão cívica, implementa os esforços de todos quanto à consistência da unidade comunitária, sob o índice da coexistência solidária. Neste sentido, é sobejamente conhecido o estratagema do qual certos aprendizes a ditadores lançam mão, o desmascaramento de supostos inimigos, exteriores ou interiores, ou assomos de confronto bélico com outros povos – a pátria em perigo!

Em democracia aberta, porém, tal procedimento tornar-se-ia inaceitável.

No caso francês, insucessos logrados à volta da integração sócio-política da segunda geração de imigrantes – por memória, os sérios distúrbios em subúrbios parisienses, há dois anos – deficiências habitacionais, implantação urbana sob o desconforto do beco social, condições de formação escolar e profissional insuficientes, acesso ao reconhecimento igualitário contestado pela comunidade de acolhimento, políticas de inserção insuficientemente ponderadas, etc; não justificam de per si um tratamento quejando do problema. Se o conjunto dos cidadãos se sentiu ameaçado por tais eventos – sintomas – convém analisar primeiro as causas e buscar respostas adequadas aos itens em curso.

Indo mais além, poderíamos evocar outras razões de fundo.

Mesmo se o sentido da identidade nacional esteja longe de periclitir, no seio da actual comunidade francesa, plural, enriquecida a pari et passu por acréscimo do fluxo imigrante, provindo de múltiplos quadrantes populacionais (20% dos nacionais franceses contam com pelo menos um antepassado de origem estrangeira, nas três últimas gerações), um certo desassossego perpassa as diversas engrenagens da sociedade.

Os entendidos alvitram que o fenómeno da recrudescência identitária resulta da famosa crise não só económica e financeira, senão englobante, crise de valores (axiológica) de humanidade, particularmente insistente após os anos 1980, através de práticas secretadas pela ideologia ultra-liberal, individualista à revelia de outrem o nosso semelhante, pragmatista quanto aos objectivos escolhidos, coarctados pela redução sistémica, centrada na satisfação imediata dos ensejos, alheios à consideração da dignidade humana, rebelde, enfim, a qualquer abertura ao transcendente. Atónitos, acabamos de ser tocados pelo aspecto financeiro do flagelo; outras nuvens negras se anunciam à boca do horizonte!

Certo, alguns ritos tradicionais próprios da sociedade francesa e a veneração dos símbolos despertam menor zelo e marcas emblemáticas logram afeição atenuada da parte duma minoria de cidadãos, arrebatados pela propensão dos tempos às miragens do “progresso” desenfreado. Demais, a tendência geral apela cada humano a devir cidadão do Mundo, desembaraçado de peripécias residuais ou de particularismos confinados, à cata de autenticidade maior. Pois, a identidade primeira se infere da verdade apurada, no desenrolar de cada existência. Na sequência, a cidadania cobre a nossa vivência quotidiana agrilhoada de eventos, corrida de (des)encontros, consignada, a cada passo, história, à prova do tempo e sociedade, na reserva de seus confins.

No entanto, o universal reside já no particular.

Parafraseando Charles de Gaulle, apraz referir – quanto mais a França estiver inteirada na sua história identitária de maneira profunda quão ponderada, maior fulgor de Liberdade, Igualdade e Fraternidade poderá acender no Mundo.

Vasto programa, ao correr do impreterível desafio! ■

GRANDE TEMA

A COESÃO SOCIAL DA BIS

FALEMOS DA IDENTIDADE
E/OU DA IMAGEM
DE UM TERRITÓRIO



AS PRÁTICAS DE GOVERNAÇÃO EXEMPLARMENTE DEMOCRÁTICAS... SÃO A “MÃE” DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA COESÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS

Camilo Mortágua

É em relação a elas que todos os indicadores devem ser ponderados. Partindo do princípio de que a implantação dessas práticas é um objectivo a atingir, tal como o é o próprio desenvolvimento!

1. DA IDENTIDADE/ IMAGEM DE UM TERRITÓRIO

“O encadeamento das coisas”

- Sem um mínimo de práticas democráticas de governação local... - é difícil que possa haver democracia participada.
- Sem este tipo de democracia... - é difícil que possa haver coesão cultural, social e económica.
- Sem este tipo de coesão... - é difícil chegar-se a uma verdadeira identidade territorial.
- Sem essa identidade territorial... - é difícil criar uma consolidada imagem do território.
- Sem uma distinta e valorativa imagem do nosso território... - é difícil que os outros territórios cooperem com o nosso.
- Sem a cooperação dos outros... o desenvolvimento do nosso território é impossível.

2. DAS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS

Como distinguir o que são ou não práticas democráticas?

- Como ponderar a relativa democraticidade de cada intervenção, enquadrando-a no seu próprio contexto e segundo o entendimento que cada interveniente tenha do conceito de “práticas democráticas”?

A título de exemplo, resumo alguns aspectos que, em minha opinião, podem ajudar a essa ponderação.

Neste contexto, as práticas democráticas começam pelas atitudes e funcionamento interno das próprias entidades que estimulam e promovem o DL: autarquias, colectividades locais, Associações de Desenvolvimento Local (ADL), Associações sócio-profissionais, etc.

Se as atitudes, os comportamentos e relações de trabalho não forem relações de participação, solidariedade, tole-

rância, discussão colectiva, partilha das informações, decisões consensualizadas democraticamente, etc., então, dificilmente os técnicos e responsáveis pela sua concepção e implementação poderão ser, para além de gestores de instrumentos financeiros, portadores de mensagens sobre os valores acrescentados do DL.

As ADL (Associações de Desenvolvimento Local ou Regional), no seu funcionamento, não podem deixar de ser “escolas - exemplares” de práticas democráticas, sob pena de nunca chegarem à coerência entre o que dizem (supondo que o dizem) e o que fazem, negando-se a si próprias como exemplos-piloto.

Praticar a pedagogia da participação das pessoas nos processos de discussão, concepção e decisão sobre todas as acções a desenvolver no seu “espaço” próximo, físico ou social, trabalhar para que cada pessoa possa vir a sentir, através do exercício quotidiano da participação, que também é uma pessoa com quem os outros contam, que também tem algum poder, que também é um cidadão capaz de criar, que também tem responsabilidades - as que lhe advêm do exercício dos seus direitos.

Tudo fazer, sistematicamente, para que a aplicação do princípio da subsidiariedade não acabe nas Câmaras Municipais.

Para que o exercício da participação desça concretamente até às Juntas de Freguesia, até às Colectividades locais e, nestas, até ao funcionamento das respectivas estruturas directivas, de forma a motivar a participação de todos e cada um dos associados.

Saber defender e exercer constantemente, e em todas as situações, a pedagogia da participação e do respeito pelos princípios democráticos junto de todas as pessoas com quem lidamos, sejam eles governados ou governantes.

No geral, agir e influenciar os outros a agirem, como cidadãos activos e responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento.

Sabemos, por experiência própria, que atingir tudo isto pressupõe a concretização da **grande utopia**... claro que sim!

Porém, em todos nós e nas nossas organizações, algo de tudo isso já existe, por pouco e imperfeito que seja.

Devemos, por coerência e sentido da responsabilidade, ter a coragem de reconhecer “o pouco que é” e a satisfação que apesar de tudo nos dá, pelo muito que esse pouco vale, dados os contextos da sua realização.

3. IDENTIDADE DE UM TERRITÓRIO

Manifesta-se por um conjunto de especificidades ou características: geográficas, paisagísticas, climáticas, produtivas, patrimoniais, gastronómicas, religiosas, artísticas, lendárias, históricas, etc., identificadas e reconhecidas como próprias e comuns pelos seus habitantes.

Conjunto que passa a compor uma só imagem – símbolo, na qual todos se revêem e da qual todos se servem para, junto dos outros territórios, indicar a sua origem e localização e afirmarem a originalidade, bondade e valor das pessoas, das suas acções e comportamentos e a qualidade ímpar dos seus produtos.

4. A IMAGEM DO TERRITÓRIO

Da imagem, quando resultante duma identidade realmente existente e assumida internamente, pode dizer-se que é “o rosto, que servirá a formar a opinião dos outros sobre nós próprios e o nosso território, como entidade social diferente de outras”.

É através dela que nos apreciarão ou não. É através dela que escolherão ou não o nosso território como destino turístico e preferirão ou não os nossos produtos.

Quando a imagem se baseia num simples aproveitamento de um facto isolado histórico ou religioso, no renome de um produto, num monumento ou numa paisagem particular, etc., sem que isso seja reconhecido como património comum à maioria, é, com certeza, uma “imagem útil” a determinados sectores económicos, culturais, religiosos ou políticos, mas não é a “imagem da identidade do território”, não é o nosso “rosto perfeito”.

Por exemplo: quando a imagem de um território é baseada em valores sectoriais: turísticos, patrimoniais específicos, produtos locais de uma só localidade, etc., pode beneficiar uma empresa que explore o turismo ou as localidades específicas que dão suporte à imagem, mas dificilmente poderá ser considerada beneficiadora da generalidade dos actores e localidades de todo o território. Uma boa imagem é aquela em que todos ou o maior número possível se revê.

É uma imagem capaz de promover de forma integrada o TODO do território, capaz de promover o território com tudo o que ele contém, como se de vender um ovo se tratasse.



5. O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO / ORGANIZAÇÃO / DIFUSÃO DUMA IDENTIDADE TERRITORIAL

Identificar e organizar os elementos passíveis de constituírem uma identidade/imagem dum território como o da BIS (ou outro qualquer, de idêntica dimensão), não é tarefa fácil, nem coisa que se possa fazer de um dia para o outro.

Requer tempo, muito tempo, muita persistência e toda a paciência exigida aos processos de mudança social.

Em primeiro lugar, é necessário que se conjuguem as vontades dos principais líderes locais de opinião, públicos e privados, quanto às vantagens duma identidade única para o território comum, conjugação que se manifeste de forma concreta, por uma plataforma capaz de sustentar a dinamização da passagem da ideia a projecto.

Adquirida essa primeira plataforma de acordo, será necessária a constituição de uma equipa para a dinamização/implementação do projecto, capaz de definir as metodologias de trabalho para cada uma das diferentes etapas do processo, os prazos de execução, os recursos humanos a envolver e os meios financeiros necessários.

Tendo em consideração que o sucesso deste projecto depende inteiramente do grau de adesão das populações, será necessário ser extremamente exigente e cuidadoso com os métodos da sua implementação, jamais correndo o risco de prejudicar a solidez da adesão pela pressa de apresentar resultados.

6. VANTAGENS

A utilização de uma identidade/imagem/marca comum por todos os produtores e/ou prestadores de bens e serviços dum determinado território, mediante o estabelecimento de determinadas regras de qualidade, considerando as experiências e exemplos existentes espalhados por todo o mundo, já não carece de grandes demonstrações.

Se, no mundo em que vivemos, do preço de cada produto ou serviço bem promovidos, mais de um terço são custos de “imagem/marca”;

Se tivermos em conta que a pequena ou micro dimensão dos nossos produtores ou prestadores de serviços não pode competir em mercados longínquos (nem mesmo de proximidade) com os produtos ou serviços promovidos maciçamente e em larga escala;

Se aceitarmos, de uma vez por todas, que é esta dispersão e falta de acção conjunta que retira competitividade às actividades económicas do nosso território e, em consequência, a actividade de cada um de nós, prejudicando, em última análise, a nossa capacidade de reter as pessoas que por cá nascem e as nossas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e colectivo;

Se existir reflexão séria sobre o assunto; ...

... então estamos certos que concluiremos sem hesitações pela concretização urgente deste objectivo comum a todos os habitantes da BIS, sejam eles proprietários ou trabalhadores por conta de outros. ■



“Ainda falta um longo caminho por percorrer até que autarquias, instituições e pessoas acreditem que este território pode ter uma identidade”.

PALAVRAS DITAS

“Eu entendo por coesão social o direito de todos os cidadãos da BIS a iguais oportunidades e que todos tenham acesso a uma vida condigna através de uma melhor distribuição dos meios postos à disposição no território”.

“Em todas as nossas aldeias, os idosos, embora já não enfrentem problemas de sobrevivência, pois os centros paroquiais e os centros de dia vieram resolver essa situação, sofrem do grande problema do isolamento”.

“Também não existe coesão social quando se verifica que há, em quase todas as localidades, meia dúzia de jovens que se arrastam pelos bancos de jardim ou pelos cafés, fortemente marcados pela vida, com problemas de droga, de alcoolismo, entre outros, em processos de auto-exclusão”.

“Cabe a quem é mais esclarecido ou a quem tem lugares de poder, nomeadamente, político, atentar e eliminar todos estes casos de exclusão”.

“Esta débil coesão social tem muito que ver com o facto de as instituições trabalharem muito separadas. É incrível ver como ninguém trabalha em conjunto, a não ser em pequenas

30 DE OUTUBRO DE 2009: DEBATE NA HERDADE DO REGATO

“A Coesão Social da Beira Interior Sul”

colaborações pontuais. Vivemos em freguesias tão pequenas, em que todas as instituições estão perto de nós e nem assim estabelecemos relações de parceria com as mesmas. É que nós não precisamos de mais recursos, bastava que trabalhássemos em conjunto”.

“Quem trabalha no topo das hierarquias desenvolve um trabalho de afirmação do poder pessoal. Ou seja, essas pessoas utilizam os recursos existentes nas suas empresas ou nas suas funções para poder afirmar o seu poder e não interessa que mais ninguém tenha algum poder. Logo, não interessa estabelecer parcerias de trabalho, mas sim matar qualquer tipo de iniciativa que se possa desenvolver. E, do outro lado, quem tem qualidades e tem vontade de apostar na implementação de projectos acaba por desistir”.

“Neste país não se valoriza o que é bom e vive-se da mediocridade. As chefias interessam-se em ter gente mais medíocre do que elas próprias para poderem brilhar. A partir daqui, assiste-se a um assassinio da qualidade”.

“E vê-se também que as próprias famílias não querem cooperar. É como se o mal do outro fosse melhor para mim do que lutar pelo bem comum”.

“As crianças vêem os adultos como modelos. Se eu me dou mal com o meu colega do lado, se o meu chefe me trata mal e me desvaloriza, o que

é que estas crianças podem imitar? Era necessário que houvesse uma ruptura neste sistema, que não me parece possível”.

“O apetite das pessoas qualificadas das cidades em vir para territórios como a BIS é travado por esta trama de poder, em que ninguém está interessado que venham pessoas de fora com know-how e que brilhem”.

“Quando a minha associação fez 40 anos, organizou o Encontro de Associações do Concelho de Vila Velha de Ródão. Convidámos 30 colectividades, participaram quatro. Amanhã, uma Associação da Sarnadinha, uma aldeia com meia centena de habitantes, vai promover um convívio e já estão inscritas 150 pessoas para o almoço. Se houvesse debate, não iam nem 10 por cento dos inscritos”.

“Coesão social na BIS existe, mas muito pouco”.

“A coesão social não se constrói por decreto; a coesão social constrói-se trabalhando em comum. Quando se trabalha ao lado do outro, faz-se coesão social”.

“Quando se fala em comercializar os produtos locais fora da BIS, a maior parte dos produtores e agricultores assume, desde logo, que não tem capacidade para fazer isso. Mas, até agora, ainda não foi possível que aparecesse uma estrutura ou uma empresa que permitisse exportar em conjunto os produtos da Beira Interior Sul para os mercados inter-



nacionais, uma vez que cada um, individualmente, não consegue. Isto é coesão económica e social”.

“Talvez haja necessidade de criar a Associação das Colectividades Locais da BIS, para colocar todas as associações do território em contacto umas com as outras, de maneira a que se pudessem programar actividades lúdicas, culturais ou de qualquer outra natureza entre as diferentes freguesias dos quatro municípios”.

“Se as populações não sentirem a necessidade de uma maior coesão entre elas, não serão os autarcas, os governantes, os políticos que a vão fazer e decretar. Até porque a BIS não é um capricho de alguém, mas sim a unidade mínima territorial a nível europeu – uma NUT III. Quando se quer fazer investimentos com recursos vindos da Europa, tudo isso é feito dentro da NUT à qual se pertence”.

“Se calhar, seria importante que houvesse uma marca única da BIS para os produtos locais de excelência. Se calhar, seria importante que se desse início a um processo de construção de uma identidade cultural dentro deste território – determinar quais os elementos que constituem essa identidade e que permitem apresentarmos lá fora como um território distintivo de todos os outros. Mas, tudo isto depende das vontades das pessoas que aqui habitam”.

“Penso que o problema apenas reside no seguinte: vamos fabricar uma identidade ou essa identidade já existe realmente? Há um hiato entre o que se fabrica e o que existe na realidade, que é o buraco negro onde caem estas estruturas todas. Portanto, penso que não era preciso criar uma outra estrutura, porque estruturas formais é o que mais existe neste país. Aliás, Portugal é um país de for-

malidades. A ADRACES, por exemplo, é uma estrutura já implantada e que reúne estes quatro municípios. Para mim, o desafio mais interessante seria que a sociedade civil se organizasse para ter opinião sobre”.

“Não encontra nenhum político que não seja a favor da coesão social, tal como todos os programas partidários incluem medidas de coesão social. Formalmente, está tudo feito. Ótimo! Então o que é que falta? Falta fazer. Falta apostar numa estrutura informal de pessoas com perfil de voluntariado, de solidariedade e de generosidade, que precisam de um ambiente de boa-fé e de liberdade de desenvolvimento das suas capacidades. Ou seja, um conselho informal de pessoas que se reúne e dá a opinião do que se passa, sem ter uma estrutura pesada. Tudo isto para criar uma sociedade civil forte, com peso social, porque, actualmente, a

nossa sociedade civil em nada pressiona a classe política para cumprir com os seus deveres e promessas”.

“Muitas vezes, as próprias associações preferem tentar resolver os seus problemas internamente com os seus associados e dirigentes do que abrir-se a parcerias e ficarem dependentes de outros para sobreviver”.

“Penso que criar uma imagem forte da BIS, sobretudo assente no legado cultural, é muito importante, uma vez que uma das maiores mais-valias deste território é a sua base cultural intensa e ainda não adulterada na sua essência, bem visível nas tradições, festas e romarias religiosas locais. No concelho de Idanha-a-Nova, o bom trabalho de divulgação da cultura tradicional genuína já tem sido feito, agora é alargar esse trabalho aos restantes concelhos da BIS. Penso que a ADRACES, como associação de desenvolvimento local que abranje os quatro concelhos, poderia dar o pontapé de saída”.

“Seria bom que a Idanha se abrisse aos outros municípios. Se as pessoas de Idanha têm mais experiência nesse campo, seria uma boa manifestação de coesão social se elas colocassem essa experiência ao serviço dos outros. Além disso, poderia criar-se um organismo de direcção, onde as associações dos quatro municípios estivessem representadas”.

“A ADRACES tem um banco de dados completíssimo com tudo o que é associação da BIS. Poderia partir da ADRACES a ideia de convidar uma ou duas associações de cada concelho, por exemplo, para uma reunião, explanando os objectivos de criar a tal confederação das associações”.

“Isso é perigoso, porque as que não fossem convidadas sentir-se-iam discriminadas. É melhor convidá-las todas. E depois reunimos com as que aparecerem. Até porque não acredito que apareçam mais do que duas ou três associações por concelho interessadas”.

“Outro passo a dar é cada uma das associações a que pertencemos contactar com as outras associações que conhece e fazer o esforço de contac-

tar pelo menos uma associação de um concelho vizinho, que não o seu, para que haja o tal intercâmbio entre os quatro concelhos”.

“Eu acho que antes da reunião geral, deveria existir uma reunião parcelar, a nível de cada concelho, onde se determinaria quais as associações de cada concelho dispostas a participar na grande reunião e interessadas em integrar a Associação das Colectividades Locais”.

“A Revista VIVER anda com um projecto em mente que consiste em organizar na BIS, algures entre Janeiro e Março do ano que vem, em local a definir, uma grande conferência europeia, cujo objectivo é colocar a existência do nosso território na Europa. Mas, para isso, é necessário que haja um trabalho conjunto entre os quatro municípios e um grupo de cidadãos que se queira empenhar a sério no desenvolvimento desta iniciativa”.

“Estou convencido de que há muitos dirigentes associativos da BIS que necessitam de uma valorização dos seus conhecimentos, que necessitam aprender mais para a apreensão de certos problemas. Uma das grandes actividades a desenvolver conjuntamente, caso esse grupo informal das colectividades venha a ser organizado, seria a aposta em acções de formação adequadas para dirigentes associativos”.

“Outra ideia seria lançar um projecto designado por Rota das Virgens ou Rota das Senhoras da BIS. Se percorrermos todo o nosso território, verificamos a quantidade de santas a que as nossas populações são devotas: é a Nossa Senhora do Incenso, é a Nossa Senhora dos Altos Céus, é a Senhora do Almortão, é a Nossa Senhora de Mércules, etc, etc. Esta é definitivamente uma zona de Virgens, logo, é uma ideia que pode ser transversal a todos os municípios”.

“Outro projecto para estimular a coesão pode passar por criar, sinalizar e organizar itinerários pedestres ou ciclo-pedestres que atravessem os diferentes municípios da BIS. Itinerários que passem por sítios que muito

pouca gente conhece; que comecem, por exemplo, em Foz do Cobre e terminem no Rosmaninhal”.

“Criar uma Rota das Invasões também poderia ser uma forma de consolidar a identidade histórica deste território”.

“Costuma dizer-se: «Ai, eu sozinho não faço nada». Então se não faz nada, tem de ir à procura de alguém! Tem de se juntar a outro. Este é o princípio da coesão. E eu estou de acordo que coesão é solidariedade, mas o que hoje prevalece, infelizmente, nas sociedades ocidentais, é que as pessoas apenas são solidárias com o «não te metas nisso», «isso dá muito trabalho», «isso é uma chatice”.

“A coesão social é responsabilidade de todos; cada um de nós não é inocente, cada um de nós tem a sua quota-parte de responsabilidade, se ela falta ou não no nosso território”.

“A nível das freguesias, a militância partidária prejudica altamente a coesão social”.

“Eu não sou contra os partidos. Mas, para mim, a acção partidária deveria descer apenas ao nível dos municípios. E, nesse aspecto, penso que as coisas antigamente funcionavam melhor. Antigamente, existia o regedor de freguesia para a freguesia inteira, e era só um. Para mim, não há nada pior para as pequenas aldeias do que estas guerras partidárias que matam tudo quanto é iniciativa e falsariam a democracia”.

“Acho que não se deve generalizar. Eu conheço locais onde a campanha foi muito acesa e, na tomada de posse, vencedores e vencidos já andavam aos beijos e aos abraços. Acabou, passou”.

“Eu estou a falar de outra coisa. Eu estou a falar de um agente de desenvolvimento, por exemplo, que anda pelas aldeias a tentar mexer as coisas, mas que depois vai para a rua a agitar a bandeirinha de um certo partido. Essa pessoa, no dia a seguir, deixa de ter o apoio da oposição ou já não vai procurar apoio de certas pessoas, porque são de cor diferente. E essa



aldeia tem apenas quatro ou cinco pessoas de nível de escolaridade mais elevado, mas como cada um é de um partido diferente, o agente de desenvolvimento nunca pode juntar os quatro”.

“Penso que tudo se agrava, quando há muito pouca gente capaz de cooperar em conflito. Não somos ensinados nem estimulados a desenvolver o exercício da cooperação conflitual”.

“Assembleias de freguesia? Assembleias municipais? Ninguém lá vai, ninguém se interessa, ninguém quer saber. A culpa é sempre dos outros. No entanto, se cada um de nós constituir a exceção, já seríamos muitos na assistência”.

“Acho que uma boa ideia para apelar à participação cívica da população nas assembleias é realizar um bebereite a seguir à reunião. Quando se trata de comer e beber, as pessoas aparecem sempre”.

“Falamos em tom de brincadeira, mas não podemos esquecer a importância que a comida sempre teve na promoção do convívio social e, consequentemente, na coesão social das pessoas de um mesmo território. Portanto... vamos almoçar!”. ■

Os nossos sinceros agradecimentos aos participantes:

- António Milheiro
Associação de Defesa do Património Cultural de São Miguel D’Acha
- Maria de Fátima Milheiro
Associação de Defesa do Património Cultural de São Miguel D’Acha
- Manuel Romano
Associação Cultural e Recreativa As Palmeiras, Castelo Branco

- Octávio Catarino
Grupo de Amigos de Foz do Cobreão
- Paula Fernandes
Grupo de Amigos de Foz do Cobreão
- Graça Passos
Centro de Novas Tendências Artísticas, Vila Velha de Ródão
- José Maria Gabriel
Rancho Folclórico de Monsanto

- Ludovina Santos
Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco
- Graça Frade
Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco

30 DE OUTUBRO DE 2009: DEBATE NA MEIMOA

Onde não há pessoas não há votos... Onde não há votos não há poder...

PALAVRAS DITAS

“Já há uns anos se dizia - «Unidos venceremos». No entanto, nem nos conseguimos unir e, como não estamos unidos, também não conseguimos vencer”.

“É esta falta de entendimento entre o território que faz com que as pessoas da Meimoa não conheçam, por exemplo, a Foz do Cobre. E o mesmo se passa inversamente. As pessoas de Foz do Cobre também não fazem ideia onde se situa a Meimoa. No entanto, ambas pertencem à BIS”.

“É necessário que as câmaras, as juntas de freguesia, as instituições e as pessoas das várias localidades da BIS se comecem a conhecer melhor umas às outras. Porque é que não se vão fazer passeios de intercâmbio entre os vários concelhos da BIS? Cada um destes cantinhos tem coisas muito interessantes para conhecer... e ainda que não existisse mais nada, existem as pessoas! E conhecer pessoas é sempre muito interessante”.

“No dia em que as populações souberem o que é a BIS e quiserem unir-se, os presidentes das câmaras não terão outro remédio senão também unirem-se uns aos outros, porque senão não votam neles. E o mesmo se aplica aos presidentes de junta”.

“Quando se fala em juntar as pessoas e as instituições, em unir para vencer, normalmente as pessoas ficam desconfiadas. Até se costuma dizer: «A meias só com a mulher na cama»”.

“Dizem que o dinheiro é pouco, mas, depois, passo por aí por algumas aldeias e até por algumas cidades, e o que eu verifico é que há coisas muito bonitas às moscas, porque não há pessoas suficientes para as utilizar. Não há pessoas suficientes, mas

gastou-se o dinheiro. E gastou-se o dinheiro na aldeia ao lado. E gastou-se dinheiro na outra aldeia vizinha. E gastaram-se dinheiros a fazer três coisas, quando, muito provavelmente, uma só chegava. Se houvesse vontade”.

“Claro que se compreende que cada um queira fazer obra na sua terra, e ninguém pode ser condenado por isso, enquanto as pessoas não se entenderem e não existir a partilha de motivações e interesses. Duas freguesias querem construir uma mesma infra-estrutura, cada qual na sua terra. Porque não se colocam de acordo e resolvem construir essa obra, e só essa, a meio caminho, de modo a possibilitar a fruição desse equipamento pelas duas povoações?”.

“A ideia é a de que se Vila Velha de Ródão precisar de uma escola, sejam os quatro concelhos a pedir essa escola. Ou se Penamacor precisar de uma estrada, sejam os quatro concelhos a pedir essa estrada”.

“Isso já existe. Hoje é obrigatório”.

“Pois, a mim, pelo contrário, costumam dizer-me que Penamacor já não tem nada que ver com a BIS. Está mais ligada já à Cova da Beira. Depois, Vila de Velha de Ródão tem uma aproximação mais forte com o Pinhal. Ou seja, cada um puxa para o seu lado. E onde fica a BIS no meio de tudo isto?”

“Eu posso dar-me bem com o vizinho sem ter de casar com ele. Penamacor, por exemplo, tem ligações antigas com a Cova da Beira e com o norte do distrito, mas isso não pode impedir que o município se dê bem com os outros vizinhos da BIS e que não tentem fazer projectos em conjunto”.

“Política e teoricamente, dizem que todos se dão muito bem, mas quando se trata de ganhar alguns trocados, venha a mim, venha a mim, e o outro que se lixe. É essa a prática”.

“Na questão do emprego, talvez os quatro municípios unidos venham a conseguir resolver problemas relacionados com a fixação de populações que, sozinho, cada município não consegue”.

“Era uma boa ideia fazer um roteiro pedestre da BIS. E era interessante começar logo por freguesias vizinhas, pois ainda existe muito aquele sentimento de que a minha aldeia é muito melhor do que a tua. Eu, por exemplo, nunca fui participar em nada no Vale da Senhora da Póvoa e os de lá muito provavelmente também nunca participaram nas actividades da Meimoa, e são duas aldeias que ficam tão pertinho uma da outra”.

“A unidade mais pequena de divisão administrativa em Portugal é a freguesia. Em termos europeus, a unidade mais pequena é o que se chama uma NUT III. Quando internacionalmente se analisam planos e projectos, essa análise é feita à escala da NUT III, que é o nível mais baixo. Ora, a nossa NUT III é a Beira Interior Sul (Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor). No plano negocial, apresentar-se a NUT III, a BIS, é bem diferente do que apresentar-se um município sozinho”.

“Há uns anos que se discute a questão do desenvolvimento local. Mas o que é isso de desenvolvimento local? Ou o que é um local de desenvolvimento, que é ainda mais importante? A própria Comissão Europeia deu

o seguinte significado: um local de desenvolvimento é um território, de maior ou menor dimensão, onde as pessoas que nele habitam são capazes de definir objectivos em comum, são capazes de se meterem de acordo para alcançarem os mesmos objectivos”.

“Aqui mesmo dentro da BIS, podia funcionar aquele slogan: «Vá para fora cá dentro», que tem sido utilizado a nível nacional, mas que nós podemos aproveitar para aplicar ao nível da Beira Interior Sul”.

“Esta ideia de união não pretende meter ninguém em trabalhos, o que pretendemos é que as pessoas coloquem a cabeça a funcionar e vão mandando uns bitaites, para que haja pensamento colectivo”.

“Hoje em dia, há projectos que decorrem da associação de municípios da Beira Interior Sul e que só são possíveis de concretizar porque existe esta estrutura comum. Claro que estamos a falar de instituições e não de pessoas. As pessoas para darem as mãos só quando forem à azeitona e derem uma demão”.

“Conheço um exemplo muito bom de coesão social. Aconteceu na Guarda. Três freguesias vizinhas precisavam de três infra-estruturas diferentes e fundamentais: um polidesportivo, um centro de dia e um centro de saúde. Os três presidentes de junta puseram-se de acordo e, em vez de criarem três centros de dia, três polidesportivos e três centros de saúde, apostaram na qualidade para as populações e cada freguesia acolheu uma das estruturas, permitindo igual acesso tanto às populações vizinhas como às pessoas da freguesia onde a obra ficou localizada”.

“Em termos teóricos, isso é muito bonito e devia de ser assim. Mas, na prática, isto esbarra em problemas como a gestão do dinheiro, a forma como os programas são organizados, as elegibilidades e a competitividade. Tudo isto começa logo a nível nacional, com as competitividades de cada região. Vai muito mais dinheiro

para o Oeste, para Aveiro, para Coimbra, isto falando apenas na Região Centro. E podia vir para aqui uma universidade, um centro de congressos, um hospital... mas não. Não peçam a um autarca para ser solidário com os outros, porque ele quer ser é competitivo e agradar aos seus munícipes, aos seus fregueses. Assim como cada presidente de Junta quer agradar aos seus fregueses. Portanto, é tudo muito bonito, mas tudo esbarra na concepção estrutural dos próprios fundos comunitários. Cada presidente candidata-se a uma série de projectos de cada Eixo e, depois, logo se verá com o que pode ou não contar. O dinheiro é assim gerido”.

“Eu penso que não é aí que esbarra. Infelizmente, muitas são as justificações para as coisas que não funcionam bem. Bruxelas e a Europa têm umas costas largas. Todos nós, quando queremos, sabemos dar a volta ao texto”.

“Os autarcas têm de defender os interesses dos seus munícipes e, por conseguinte, não estão disponíveis para dividir nada com os outros. Sabe porquê? Porque a maneira de governar é errada. Porque aquilo que se passa portas adentro das autarquias, o povo não sabe. Porque se aquilo que se passa dentro das autarquias fosse transparente e claro para todos, os autarcas estavam à vontade para decidir de uma maneira ou de outra. E talvez fossem as próprias populações a dar a palavra final de associar certos projectos com os concelhos vizinhos”.

“No fundo, tudo se resume a problemas de educação. Quanto mais iletradas são as populações menos interesse sentirão pelas questões de cidadania e por conhecer mais coisas. O interesse em querer adquirir mais conhecimentos aumenta com o aumento do nível de educação”.

“Toda a gente tem liberdade para dizer o que acha que está bem ou mal. No entanto, têm medo das represálias”.

“Isso era antigamente. Hoje já não há cá medos. Medo de quê? Às vezes, as pessoas podem é ter receio de serem mal interpretadas ou que aquilo que vão expressar não seja aceite pelos outros. Agora, não existe propriamente medo”.

“Ok, não é medo. Mas sentem um leve receio de serem prejudicadas nos vários campos da sua vida por quem tem mais poder”.

“Isso já não existe. Vergonha sim. Muita gente tem vergonha de se expressar, de ser activa. Medo de represálias já não existe”.

“Nós que aqui estamos, todos com algum nível de escolaridade, podemos mudar as nossas mentalidades. Todavia, em aldeias como a minha, Vale da Senhora da Póvoa, onde 90 por cento da população é idosa, vá lá dizer a algum velhinho para vir para o Centro de Dia de Meimoa, que tem muito mais qualidade do que o da minha freguesia? Preferem lá comer uma sopinha sentados no chão do que virem para cá”.

“Há um sentido de comunidade muito forte dentro das freguesias. E como comunidade pretendem ser um organismo autónomo. Nestas últimas décadas, estas comunidades sofreram uma grande degradação, na medida em que perderam muita coisa: perderam os estratos etários mais jovens, perderam equipamentos, algumas estão até ameaçadas de desaparecer. E o sentido de comunidade até vem mais ao de cima por causa disso e, portanto, justifica a existência desta grande vontade em ter as coisas ali, na sua terra. Se um povo não tiver uma junta de freguesia, que seria a última coisa a perder, está ameaçado enquanto povo. O mesmo se passa em relação à escola”.

“Defende mais a Junta de Freguesia do que a Escola?”

“Não. Se houver crianças, defendo a escola. Se não houver crianças, não vale a pena defendê-la. Agora, a junta de freguesia é o poder local que espelha, no fundo, a vontade da comunidade”.

“O poder vem do voto. Onde há pessoas, há votos; onde não há pessoas, não há votos. Onde não há votos, não há poder. Ou seja, a nação tem cerca de 230 deputados. Dos 230 deputados que fazem as leis neste país, 180 pertencem aos distritos do Litoral. Os distritos do Interior, todos juntos, e mais Açores e Madeira, colocam pouco mais de 50. Que poder temos nós?”.

“Pois... temos território. Mas, segundo os critérios que são aplicados, quanto mais território temos, mais pobres somos, porque o que entra no cálculo para a eleição de deputados é o número de habitantes por quilómetro quadrado. Ou seja, quantos menos habitantes por quilómetro quadrado, menos representação e importância temos na repartição do poder”.

“Para mim, o poder que importa é o poder que impede que os jovens saiam da minha terra. É o poder para determinar políticas que são definidas no Terreiro do Paço ou em São Bento e que depois se vêm aplicar aqui nas Meimoas e que não correspondem aos interesses das Meimoas”.

“Como é que é possível haver coesão social, solidariedade, entre uma pessoa que trabalha arduamente na agricultura a produzir batatas e ganha um salário miserável e o vizinho do lado que trabalha num escritório, confortável a fazer contas, e que ganha 10 ou 20 vezes mais do que o outro?”.

“Esses já lá vão. Os que hoje trabalham na agricultura, jovens sobretudo, sustentam-se e bem com essa actividade. Os que andam a perder dinheiro na agricultura actualmente são os reformados que, como eu, investem as suas reformas no cantinho de terra, porque têm gosto no que fazem”. “São os jardineiros da paisagem”.

“Então porque é que os jovens vão embora das terras? Porque a vida do campo é dura e também porque



não há cá campo para toda a gente. E para a agricultura ser rentável na Meimoa, é necessário que fiquem cinco ou seis agricultores para que atinja uma escala maior de produção”.

“Costuma dizer-se que trabalhar no campo é uma desgraça e que se tem uma vida muito dura. No entanto, se ganhassem uns três mil euros por mês já não era desgraça nenhuma!
- Era uma graça!
- Portanto, o problema não está na dureza do trabalho, mas sim na remuneração desse trabalho”.

“Desde que a actividade agrícola permita um bom nível de vida ao agricultor, igual ao do vizinho que trabalha no escritório, estou convencido de que muita gente sobrevivendo à volta de Lisboa e das grandes cidades quererá voltar para a terra. E, muito provavelmente, a grande crise de desemprego iria diminuir significativamente”.

“Quanto a mim, os agricultores não precisam de ajudas; essa é a pior asneira! As ajudas aos agricultores apenas servem para baixar os preços de venda e quem acaba por ganhar com

isso são os hipermercados. Os agricultores precisam é de poder vender as coisas que produzem a um preço justo para lhes permitir um bom nível de vida”.

“Recorre-se aos hipermercados para comprar fruta e legumes mais baratos e depois andam os produtores locais a deitar a sua produção fora. Ou, então, os agricultores que ainda resistem preferem comprar máquinas para fazer o trabalho de cinco ou seis pessoas, porque lhes sai mais barato, mas, depois, esses trabalhadores são obrigados a sair da terra, porque não conseguem arranjar trabalho, e assim cada vez há menos consumidores e menos comércio. O problema é sempre o mesmo: as pessoas só pensam em si”. ■

Um forte agradecimento às presenças:

- Joaquim Capelo
- Isabel Madeiras
- Samuel Soares
- António Cabanas
- Celestino Bento
- António Bogas
- Fernanda Campos
- Otilia Capelo
- Joaquim Cabanas

30 DE OUTUBRO DE 2009: DEBATE NA ZEBREIRA

“Se o trabalho no campo fosse pago a 1500 euros por mês, até se matavam uns aos outros para ocupar o lugar”

“A principal causa pela qual os jovens abandonam a Zebreira é a falta de trabalho”.

“Esse êxodo já aconteceu mais. Hoje, já há muitos jovens que ficam por cá”.

“É que, actualmente, já nem trabalho na agricultura se arranja por estes lados. Acabou-se o tabaco, acabou-se o tomate, está tudo a acabar”.

“Quando os agrários dizem que não encontram mão-de-obra para trabalhar nas suas propriedades, isso não corresponde à verdade. Se tal situação acontece, é porque eles não criam as estruturas necessárias ou não oferecem condições minimamente dignas a quem lá possa trabalhar. É óbvio que se pagam 10 ou 15 euros por dia, não apanham lá ninguém”.

“Se o trabalho no campo fosse pago a 1500 euros por mês, até se matavam uns aos outros para ocupar o lugar”.

“Quando tanto se fala em crise e desemprego nos órgãos de comunicação social e que muitas empresas estão a fechar, não sei se já repararam que nunca se fala em empresas agrícolas”.

“Um jovem dos dias de hoje prefere passar fome, se o seu dinheiro apenas dá e mal para comprar dois telemóveis, um mp3, ou uma consola de jogos”.

“O Governo é que dá os exemplos. Enquanto não se acabar com o rendimento mínimo oferecido a pessoas jovens e saudáveis, haverá sempre muita gente neste país que não vai querer trabalhar. Há imensos casos em que se ganha mais dinheiro em casa, sem fazer nada, só a receber o

rendimento mínimo do que ir todos os dias trabalhar. O rendimento mínimo justifica-se para quem não tem hipóteses de trabalhar, por doença, por exemplo. Agora, tem de se acabar com esta política de rendimento mínimo para quem não quer trabalhar”.

“A solidariedade do Estado para com as pessoas só deve vir depois da solidariedade da família para com os seus”.

“Quem faz as leis lá no topo, fá-las genéricas, não conhece os casos do António ou do Joaquim. Faz-se a lei para se aplicar no país inteiro. Como é óbvio, essa lei tem de criar injustiças, porque ela é aplicada sempre da mesma maneira em territórios com especificidades e carências diferentes”.

“A Zebreira é frequentemente apontada como um bom exemplo de coesão social. Penso que são mesmo as dificuldades que nos unem. Se não houvesse desempregados e rendimento mínimo, se todos tivessem emprego e fossem ricos, talvez não existisse coesão social nesta terra”.

“É verdade. Há até uma história que diz que só os pobres são solidários”.

“Aqui ganha-se 400 euros e ninguém reclama. É pouco, mas pelo menos há saúde, porque a maior parte trabalha no campo”.

“Mas até a agricultura está muito mal. Um indivíduo que faça actualmente aqui um investimento está a enterrar-se vivo. Das duas uma: ou não consegue trabalhadores, porque paga-lhes pouco e eles preferem não trabalhar e receber o subsídio; ou paga-lhes um preço mais elevado, mas depois não consegue aguentar o

negócio, com os baixos preços a que é vendida a produção”.

“Isto pode dar as voltas que der. Enquanto as pessoas não meterem na cabeça que só juntas conseguem chegar a algum lado, não há solução. Enquanto vingar o «cada um por si», ninguém chega a parte nenhuma... nem aqueles que têm, nem os pobrezinhos que não têm nada e que estão à espera que os que têm lhes dêem alguma coisa”.

“Há um ditado muito antigo que diz: «Em sua casa, até o morto é o mais forte”. Isto, porque são precisas quatro pessoas para o tirar de lá. Quando as pessoas vão da sua terra para Lisboa para reivindicar alguma coisa, a luta está perdida, como é evidente! O nosso poder tem de vir da nossa união na nossa terra”.

“No dia em que a Zebreira tenha um problema, e venham pessoas de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão e de Penamacor, de toda a BIS, em socorro da Zebreira, todos juntos têm muita força e tornam a resolução desse problema muito mais simples. O problema é que não há coesão e solidariedade entre as pessoas destes quatro concelhos. Era necessário que as pessoas se unissem e agissem em comum para ganhar as suas causas e defender os seus interesses.

“Temos vizinhos, temos gente que vive ao nosso lado (20, 30 ou 40 Km de distância), dentro do mesmo território, e nós não fazemos ideia de quem são, que problemas têm, apenas sabemos dos nossos problemas. Muito provavelmente os problemas dos vizinhos são os mesmos que os nossos e, juntos, poderíamos resolvê-los muito mais facilmente. Muitas vezes, os problemas parecem não ter



soluções ou alternativas, porque nós não conhecemos mais nada do que a realidade da nossa aldeia. E, quanto a mim, as associações deviam ter um papel preponderante nesta questão, na medida em que podem ser as colectividades a criar ligações e intercâmbios através de actividades entre as populações dos vários concelhos”.

“O que mais me custa é que as pessoas de cá só sabem criticar quem faz, mas tomarem iniciativa de fazerem elas, nada! As pessoas, hoje em dia, têm de se convencer que não podem ficar à espera que as coisas caiam do céu. Quem não tem trabalho tem de procurar criá-lo, e não limitar-se a ficar à espera que alguém lho dê”.

“Emprego e habitação são as duas primeiras etapas a resolver. Trabalho e casa são as condições essenciais para atrair pessoas para a freguesia. Depois disso, podem então pensar em cinema, restaurante de qualidade ou outros serviços que existem nas localidades com densidade populacional que os justifiquem”.

“Na Zebreira, existe uma grande quantidade de imóveis, de grande

volume e de qualidade, desafectados, sem utilização. Porque é que não havemos de começar a pensar em resolver esse problema? É claro que surgem logo os bloqueios e a constatação de que isso é muito complicado, sobretudo quando envolve mais do que um herdeiro. Mas nada é impossível, quando resolvemos metermo-nos ao caminho para resolver os problemas. A Zebreira tem aqui uma grande riqueza em património construído, da qual não tira proveito. E depois ainda se queixam da falta de alojamento para quem visita a vila. Muitos dos edifícios, que por aí se vêem ao abandono, davam excelentes residenciais”.

“O primeiro que na Zebreira impuser uma pequena empresa de instalação de energias alternativas ganha dinheiro. Apostar em energia térmica, com instalação dos painéis solares nas habitações sai barato e o Estado ainda comparticipa em 50 por cento, salvo erro. Ou seja, instalar na Zebreira uma empresa de venda de material e que faça as instalações dos painéis solares para privados, neste momento, tem sucesso”.

“Ao contrário do que alguns pensam, a Zebreira tem aqui um tesouro, que é a grande comunidade cigana. Porque não se pensa, e aqui existem todas as condições, em realizar anualmente o Grande Congresso Cigano de Portugal? Se a Zebreira se assumir como a capital dos ciganos em Portugal, verão como esta vila se torna uma atracção internacional”. ■

Os nossos agradecimentos aos participantes:

- António Alexandre
- Maria Ofélia Roseiro
- Carla Aleixo
- José Miranda Pereira
- José Couchinho
- Daniel Fonseca
- Carla Mendes



COESÃO – ALERTAS E INTERROGAÇÕES!

Lopes Marcelo

1. METODOLOGIA.

Depois de uma dúzia de números da VIVER, em que ficaram explanadas variadas contribuições de análise, diagnóstico e prognóstico da situação desta nossa faixa de território raiano (causa, quadro actual, e perspectivas futuras), torna-se agora como foco e em síntese a coesão (territorial, social, económica, política e cultural). De facto, a questão da coesão é composta de um *mosaico de múltiplas variáveis* que interagem e convergem nas dinâmicas (positivas e negativas) da realidade que nos rodeia.

Tentando mudar o prisma da análise e voltar a focar as principais vertentes e variáveis que condicionam a nossa evolução colectiva como zona geográfica concreta, inserida no país e na própria União Europeia, hoje sigo uma metodologia de análise diferente, formulando algumas teses em forma de interrogação e alerta.

2. TESE I. DO TERRITÓRIO, QUE LÓGICA DE ESPECIALIZAÇÃO?

Porque será que há territórios hostis ao desenvolvimento e que se estão a tornar lugares de refúgio, esvaziados de massa crítica e em processo de desertificação? Será que as pessoas que lá nascem são incapazes e incultas, irremediavelmente atrasadas?

2.1 Territórios institucionalizados? Em face da baixa densidade demográfica, do progressivo envelhecimento da população, da escassez e rarefacção da actividade produtiva, é cada vez maior a dependência social (o rendimento das populações decorre cada vez menos do seu trabalho, tendo origem nas pensões de reforma, compensações financeiras e prestações sociais), acentuando-se o círculo vicioso da baixa auto-estima, do empobrecer melancolicamente, passivamente sentados à braseira, numa morte socialmente assistida! É verdade que se melhorou nos bens públicos de proximidade, que aumentou a esperança de vida, mas não se rompeu com o círculo da viciosa dependência. O que se pretende? Será aumentar o círculo vicioso da dependência social ou rompê-lo criando círculos virtuosos de actividade produtiva coerente com o território, criando riqueza e rendimento local? É possível, é desejável, que largos territórios e as suas populações apenas continuem a sobreviver (a morrer lentamente) completamente institucionalizados, dependentes e tutelados?

2.2 O que valem as identidades? É possível continuar a existir o país com a sua população concentrada em 1/3 do território inclinado para o mar e os restantes 2/3 serem floresta (muito mais mato e árvores espontâneas com incêndios cíclicos, do que floresta planeada e ordenada) ou áreas cada vez mais desertificadas? E desertificação não é só despovoamento, é muito mais fundo e mais grave, já que é *inversão florística* (o mato asfixia as árvores e destrói a fertilidade do solo), é *défi ce hídrico e alterações climáticas*

(o solo torna-se impermeável e os cursos de água degradam-se e esgotam-se), é a *regressão no agricultor dos campos* com a *inversão da pirâmide animal* (com os animais de grande porte – carnívoros a invadirem zonas urbanas, pois não têm para alimento os animais de pequeno porte – herbívoros, que escasseiam por falta de terrenos cultivados), é o *progressivo desaparecimento dos produtos típicos*, genuínos e naturais, dos saberes-fazer, dos saberes e afectos que morrem à braseira da asfixia e abandono. O país não terminará, mas não será o mesmo! Não se estará a perder a matriz das nossas identidades profundas? Chegarão as ditas novas identidades dos subúrbios urbanos das grandes cidades, violentas e desenraizadas?

2.3 Podem especializar-se as periferias? A moldura do isolamento que mantinha há décadas um vasto mundo rural pobre rompeu-se definitivamente. O isolamento derivava da distância económica (tempo e custos das acessibilidades) que condicionava a localização dos investimentos e das iniciativas no território. Agora, tudo é globalização e economia aberta, concorrência entre pessoas, empresas e territórios pela mão do mercado. E o paradigma do mercado e da globalização a todo o custo está à vista no que deu! Neste modelo, pouco mais resta às periferias do que serem cada vez mais periferias, pois que o mercado não está interessado nem dá suporte para que se especializem de forma coerente com os seus próprios recursos! É que só se podem especializar com base na especificidade dos recursos e atributos do seu território e nos saberes das suas populações. É pouco? Mas nem o que ainda há é aproveitado!

Os *territórios de baixa densidade* têm espaço para produzir em extensão produtos limpos e serviços de qualidade integrando mais-valias ambientais e culturais próprias que decorrem da sua história, modos de produção e tecnologias humanizadas! Perante estas limitações e paradoxos, é preciso nas comunidades locais não cair na lamúria e queixumes em relação aos centros de decisão. Não é realista a crítica teórica à globalização, pois é irreversível a diminuição do conceito económico de distância. Não é realista contar com novos fluxos demográficos que venham repovoar as periferias. Importa é reivindicar a mudança de paradigma e modelo! Não será possível encontrar verdadeiros projectos âncora, enraizados no território e produtivos em termos de riqueza e de emprego a criar? Só deste modo se poderá estabilizar e rejuvenescer a população e assegurar sustentabilidade ao território, sem mais desertificação e morte das suas identidades.

3. TESE II. DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA AO GOVERNO LOCAL E REGIONAL?

Sendo cada Autarquia Local uma pessoa colectiva de direito territorial, parece que o governo efectivo desse território lhe devia caber. Sem desvalorizar o importante papel que as Autarquias vêm desenvolvendo, importa não meter a cabeça na areia e analisar as condicionantes e limitações com que se defrontam.



3.1. Quem governa o território? As competências e funções das Autarquias Locais e o quadro financeiro definido pela Lei das Finanças Locais correspondem mais a objectivos de administração corrente do que ao efectivo governo do território.

Na administração local predominam as funções de rotina. Cada Autarquia não tem, regra geral, estrutura, massa crítica de recursos humanos e de capital para as funções nobres de planeamento, prospectiva e avaliação. Os autarcas, sendo agentes políticos legitimados, não são actores devidamente acreditados e reconhecidos como parceiros, como iguais, pelos decisores centrais das múltiplas tutelas. O que funciona é uma rede de contactos pessoais e partidários,



sucessivas deslocações e relações clientelares que substituem e comprometem a negociação como processo participado de planeamento articulado e aderente ao território. Não havendo diálogo e negociação entre iguais, gera-se a subserviência, a concorrência e até rivalidades entre concelhos e entre autarcas. É uma espécie de mercado político que funciona por critérios partidários e não em função do território, da sua lógica produtiva, das suas características e necessidades. Conseguem-se os fundos e apoios, mais em função do peso político de cada autarca e não pela qualidade dos projectos.

Por outro lado, os eixos de desenvolvimento sustentável do território não se compadecem com a delimitação administrativa dos concelhos. As *funções nobres* de planeamento, prospectiva e de avaliação, tão indispensáveis ao surgimento de projectos âncora com dimensão e impacto sustentável no território e até em termos de marketing e defesa das identidades locais, exigem uma escala maior do que apenas um concelho, que decorre e pressupõe recursos humanos tecnicamente habilitados e intervenções interdisciplinares, portanto, massa crítica que cada concelho só por si tem muita dificuldade em reunir. Quando os autarcas ficam satisfeitos se o seu concelho se desenvolver (atrair população e iniciativas) e até, tantas vezes, só a sua cidade ou vila, mas à volta das suas próprias freguesias e

nos concelhos limítrofes a desertificação se acentua - então não há *governo do território*, mas antes a morte social das periferias, agora de centros urbanos, que também são, eles próprios, periferia dos grandes centros.

Não será possível mudar o paradigma do quadro legal actual? Um dos eixos fundamentais incontornáveis, mais tarde ou mais cedo, é a **regionalização** num quadro de efectiva descentralização das estruturas da administração central.

3.2. Projectos/programas âncora do território.

Cada concelho só por si - autarcas concorrendo e rivalizando entre si, afadigados na gestão corrente e esgotando recursos financeiros (próprios e contraindo dívidas) em bens públicos de proximidade, que melhoram a moldura edificada de cidades e vilas, mas pouco ou nada interferem com o tecido produtivo nem contrariam o processo em curso de *desertificação e morte das identidades* - constitui um mosaico de boas intenções e energias que não passam de frágeis bandeiras de curto prazo.

A aposta terá de ser em capacidades de intervenção, de negociação e decisão (tendo o adequado suporte de massa crítica com competências técnicas e recursos), visando projectos/programas âncora mobilizadores, transversais no território, com calendário de médio e longo prazo, geradores de optimismo e auto-estima nas populações, na

medida em que sintam, vejam e participem em iniciativas que moldem o seu futuro e o próprio território. Para tais projectos âncora ou programas (conjunto coerente de projectos) existirem, é necessário atender e garantir algumas exigências. Regra geral, devem ser multifuncionais, envolvendo várias valências, ramificando-se no espaço rural e serem bem aderentes ao que já existe (perspectiva de fileira), devendo contar com a rede de equipamentos e tecido produtivo existente. Têm de ser projectos/programas abertos, de modo a atraírem promotores e a gerar empreendedores que se fixem no território e sejam capazes de entender a tradição e a cultura locais. Tais projectos terão um *efeito de demonstração e de inovação* que, coerentes com o território, garantirão dinamismo durável, pois que não se tratam de iniciativas individuais, isoladas e episódicas. Só assim estará assegurada a sustentabilidade de tais projectos, pois que, para além de aderentes à realidade, irão gerar recursos para se manterem a médio e longo prazo.

Tais projectos âncora serão uma miragem? Penso que não e há meia dúzia de anos que dou um exemplo: fazer da área de serviço da A23 um conjunto de montras dinâmicas da nossa região, dos nossos produtos, cultura e história.

4. TESE III. DO FINANCIAMENTO. A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E LOCAL.

Territórios marginais, sem massa crítica, em processo de desertificação e exauridos de recursos financeiros por estruturas bancárias com amplas redes activas recolectoras de fundos, mas passivas perante o investimento – tais territórios não têm capacidade de se auto-regenerarem.

4.1. Insuficiente territorialização. Dir-se-á: mas não têm existido fundos e apoios para a agricultura e para o desenvolvimento local? Deixando de fora a vertente das prestações sociais (vector assistencial), importando considerar a vertente do investimento, temos que concluir que o apoio foi pouco significativo, pouco aderente ao território e mal dirigido.

Na vertente agrícola, as prioridades decorrentes da PAC – Política Agrícola Comum (União Europeia) impuseram especializações sem atenderem à fragilidade das estruturas rurais (características do espaço, tipo de população e mosaico de actividades). Desde logo, tratou-se de apoios iguais em todo o país, o que conduziu a que as periferias ficassem apenas com migalhas. A elegibilidade dos projectos de investimento foi e é, essencialmente, *um acto administrativo* de verificação de conformidade em relação a um conjunto de requisitos burocráticos, desfasados das características do território, na ausência de uma estratégia e um programa anteriormente discutido de forma partilhada com os agentes no território. Por outro lado, os agricultores por si só não têm capacidade de mudança e de desenvolvimento. Sem enquadramento em projectos/programa âncora, lá foram investindo no que era possível e mais financiado, destacando-se os tractores e alfaias, as construções rurais,

animais e pomares. Tratou-se sobretudo de investimento de manutenção (ditos de substituição), já que tendo diminuído nas últimas décadas muito consideravelmente o número de activos e o número de explorações agrícolas, a dimensão média das explorações aumentou e a produção diminuiu menos que proporcionalmente. A área cultivada diminuiu quase para metade e aumentou um pouco a área florestada. Contudo, a área de incultos de terra com qualidade aumentou significativamente, o que representa o menosprezo pelo território e não aproveitamento do seu potencial produtivo (terras a mais). A lógica dos decisores centrais, bons alunos da escola da PAC Europeia, é pelo caminho mais fácil e de efeitos sociais imediatos: importar os bens alimentares. Contudo, as questões de fundo e estruturais agravam-se. Até quando?

4.2 Insuficiente organização. Tendo historicamente predominado no mundo rural a lógica da resistência e da sobrevivência, é natural que o individualismo seja uma característica das populações. Resposta individual e desconfiança perante o que vem de fora, porque no que respeita aos ciclos de actividades rurais, a *entrajuda e a solidariedade* fazem parte da matriz cultural rural.

Sob a capa do apoio ao associativismo, têm-se apoiado instituições e estabelecido parcerias sediadas no espaço urbano e de mentalidade urbano-cêntrica, que do rural apenas têm um discurso formal e uma *gramática quotidiana de serviços burocráticos* e não de verdadeira proximidade e interface actuante no terreno. É mais uma vertente de institucionalização da sociedade dita civil, pois que tais estruturas – já com funcionários, técnicos e administrativos –, por mentalidade ou por necessidade perante as exigências dos decisores centrais que atribuem os apoios, colocam-se a elas próprias como um fim e não como um meio. Procuram defender, assim, a manutenção da sua estrutura de forma institucionalizada e rigidificada. Neste processo, algumas Associações podem continuar a dizer-se do desenvolvimento local e rural, mas, para além do nome, muito pouco terão que ver e a articular com o território de onde receberam a sua legitimidade de existirem.

Os regulamentos dos fundos de apoio que são gizados nos gabinetes dos centros de decisão centrais é que são desconcertantes e irrealistas. Não existe um verdadeiro, objectivo e maleável *caderno de encargos das candidaturas* que contemple a concepção, a aplicação e a avaliação coerentes com o território. São o oposto do que se referiu para os projectos/programas âncora. É uma rede que, em primeiro lugar, se auto-financia, aplicando uma parte considerável dos fundos a suportar as suas estruturas de funcionamento. É uma rede de funcionários (embora com formação técnica pluridisciplinar) que na sua quase totalidade se ocupa dos documentos em trabalho de gabinete, com muito pouco significativo trabalho de campo. Até quando? O que se passa com a perversão da metodologia de actuação da anterior iniciativa comunitária LEADER ao ser encaixada e financiada pela medida 3 do PRODER (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural – 2007/2013) brada aos céus! Pelos vistos, os decisores centrais não conhecem o céu da razão e do bom-senso, nem a razão, a lógica e as identidades dos territórios. ■

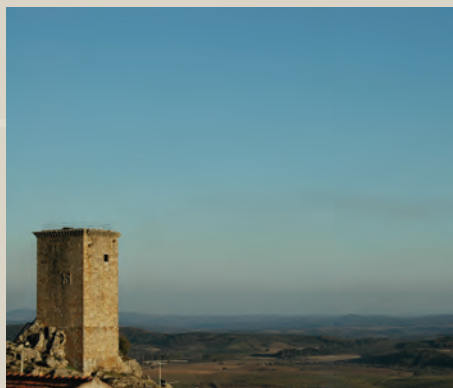
VILA VELHA DE RÓDÃO



Fragmentos da nossa identidade

FRAGMENTOS

PENAMACOR



Fragmentos

da nossa identidade

FRAGMENTOS

nossa identidade

Fragmentos

IDENTIDADE

nossa identidade

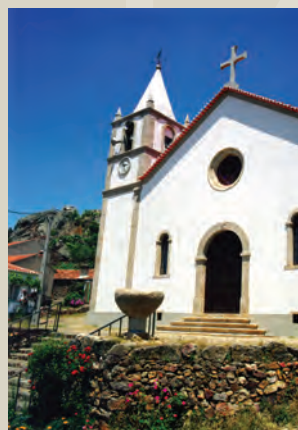
Fragmentos

FRAGMENTOS

idade

FRAGMENTOS DA NOSSA IDENTIDADE

IDANHA-A-NOVA



idade
ramentos

SSA IDENTIDADE



TEM A PALAVRA

António Sousa Lisboa, 54 anos
[Freguesia de Idanha-a-Nova]

Desde criança que um apurado instinto de serviço à comunidade lhe impregna as acções. Esta missão de apoio social foi um dos maiores legados que o escutismo lhe dispensou, desde tenra idade. Não é de estranhar, portanto, que a carreira autárquica se tenha cruzado no caminho deste idanhense de gema. António Lisboa é presidente da Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova desde 1996, está requisitado actualmente para o Gabinete de Apoio ao Presidente e é chefe de serviços de Administração Escolar no Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova – um homem de genuíno compromisso comunitário.

“PENSO QUE NÃO SOMOS ASSIM TÃO TONTOS PARA QUE ANDEMOS DIVIDIDOS”

Filipa Minhós

Como é gerir uma Junta cujo âmbito de actuação se pode confundir com o da Câmara Municipal?

Claro que é mais fácil numa freguesia rural, onde todos recorrem à Junta de Freguesia para a resolução dos mais diversos problemas, pois é a única instituição de poder local lá presente. Nesses casos, o papel do presidente da Junta sobressai mais do que em sítios onde existe um poder mais forte. Aqui, é mais fácil chegar à Câmara do que à Junta. A Junta serve para estar ao serviço das populações, mas torna-se um pouco difícil saber qual a obra da Junta e qual a obra da Câmara. Pode dizer-se que são complementares. No entanto, o trabalho mais específico da Junta revê-se na limpeza das escolas do 1º ciclo e pré-escolar, e no arranjo de ruas e caminhos públicos.

Também aqui se tem notado o trágico despovoamento?

É difícil manter a mão-de-obra na agricultura, indústria não há e, portanto, são os serviços que vão aguentando a população. Porém, nota-se que existem poucos naturais com formação para esses quadros e, logo, as pessoas para esses quadros vêm de fora. É claro que vai havendo um certo decréscimo da população, mas até agora não têm sido números muito significativos. Quem tem perdido mais são as freguesias rurais que vêem os seus habitantes partir para a sede de concelho. Depois, na época escolar, registamos sempre um aumento de população, graças à chegada dos estudantes da Escola Superior durante a semana. Aos fins-de-semana há menos gente, mas é normal... Nas grandes cidades, também acontece o mesmo.

Que estratégias aponta para movimentar a economia local na sua freguesia?

Nós estamos servidos de vias de comunicação suficientes para tornar a Idanha num local de fácil acessibilidade. No entanto, o IC31 não pode ficar esquecido, na medida em que serve de entrada e de saída de turistas. Estou convencido que esta via vai facilitar a ligação ao resto do país e ao estrangeiro e será fundamental para a localização de novas empresas aqui na freguesia, pela fácil mobilidade para o escoamento dos produtos produzidos.

Ao mesmo tempo, penso que é imprescindível apostar na mão-de-obra especializada, que tanta falta nos tem feito um pouco por todo o concelho. As empresas acabam por não se instalar por aqui, porque teriam muitos custos com a deslocalização dos profissionais especializados de outras zonas do país. Se apostarmos na formação da mão-de-obra dos residentes, tão facilitada agora com a vasta oferta de cursos de formação profissional, acredito que as empresas se comecem a instalar.

E será que essa gente formada fica cá? Será que não terminam os seus cursos e partem para o litoral?

Acredito que fiquem. Se houver oferta de trabalho, ficam na Idanha, com certeza. As pessoas só saem, porque não encontram oportunidades de emprego na freguesia.

Mas considera que a Idanha é uma vila suficientemente atractiva para quem se queira instalar com o seu negócio?

Sim. Desde que a Escola Superior está aberta, desde 1994 até agora, já muitos alunos se formaram. E muitos deles estão a trabalhar no concelho, sobretudo na Câmara Municipal, que já deu lugar, salvo erro, a pelo menos 15 pessoas. De quadros superiores, estamos bem servidos; aqui sente-se uma forte carência é nos quadros médios de formação.

As pessoas daqui sentem-se verdadeiramente raianas? Ou a tão falada crise estende-se à identidade das pessoas com o seu território?

Penso que Idanha-a-Nova é um concelho bastante unido. As freguesias têm lutado para demonstrar o seu valor, numa tentativa de manter as suas raízes e tradições.

E como é que essa coesão é encaixada com o restante território da Beira Interior Sul? Fazem um todo unitário?

Isso já é mais difícil. Digamos que esse trabalho tem sido feito, em grande parte, pela Naturtejo, que abrange quase todos os concelhos do distrito de Castelo Branco, e pela Comunidade Intermunicipal de Idanha, Penamacor, Vila Velha e Castelo Branco, tentando unir esforços para que haja desenvolvimento e sustentabilidade nos quatro concelhos. Penso que não somos assim tão tontos para que andemos divididos.



Essa união passa por criar uma marca comum?

Isso já sai fora do âmbito da Junta, mas penso que já existem projectos de turismo para vender a marca “Idanha”, representada pelo adufe. Mas há outros produtos como o queijo ou a melancia, que também são representativos de Idanha e que devem ser valorizados e certificados. Outra coisa ainda mais importante que nos caracteriza é a natureza. É preciso preservá-la. Aqui não podemos aplicar uma política de construção desenfreada, sob pena de perdermos este património natural riquíssimo, que é a nossa grande mais-valia.

Existe algum projecto realizado durante o transacto mandato que queira destacar?

O que mais interessa é a boa cooperação entre as instituições e, nesse aspecto, o trabalho tem corrido muito bem. Os projectos de obra física sempre foram realizados em colaboração com o município e a freguesia está servida das infra-estruturas necessárias a uma boa qualidade de vida dos seus habitantes.

Estou realizado com todo o meu trabalho. Quando se trabalha para a comunidade todos os serviços são bons e, por isso, não destaco a grandiosidade deste ou daquele projecto.

E há algum objectivo para este mandato que queira já partilhar?

Para preservar a memória dos antepassados, resolvemos fazer renascer o símbolo do oleiro (já não existe nenhum em Idanha). No entanto, existem três espaços comunitários na vila onde eles trabalhavam – três fornos de loiça, todos situados no Bairro dos Oleiros, que fica junto à Praça de Touros, na parte traseira do recinto da Feira Raiana, e que vamos tentar preservar, classificando-os como monumentos municipais. Até agora, infelizmente, têm servido como caixote de lixo, embora sejam limpos de vez em quando. Pretendemos, então, classificá-los, para que os próprios habitantes percebam o real valor destas peças históricas. ■

DESENVOLVIMENTO RURAL: PRIMEIRO AS PESSOAS!

Não há que negar! Décadas consecutivas de desenvolvimento urbano-metropolitano levaram a modificações drásticas nos meios rurais, devido à emigração de boa parte dessas comunidades para esses novos motores económicos, atraída pela possibilidade de um melhor e mais rápido êxito profissional, deixando, em consequência, núcleos rurais cada vez mais despovoados e envelhecidos. E um território despovoado e envelhecido fica mais desvitalizado. Se nada for feito, pode entrar, irreversivelmente, numa trajectória descendente, em virtude do abandono das actividades económicas e a progressiva deterioração, no plano cultural, da sua imagem e identidade.

As modernas políticas de desenvolvimento rural filiam no desencanto com a tradicional abordagem que insistia num enfoque sectorial e infra-estrutural. De facto, o que se verificou é que, em muitas áreas rurais, essas políticas não só acarretavam vultuosos investimentos com retornos muito aquém do esperado, como, sobretudo, não introduziam factores de mudança ante uma cultura de passividade e de dependência da ajuda pública. Na realidade, depois de várias décadas de políticas, programas e planos, os espaços rurais estão em manifesta crise. O esvaziamento demográfico, a perda cultural e a deterioração da auto-estima continuam. Com a melhor das intenções, promoveram-se, e continuam a promover-se, medidas de fomento dos regadios, ordenamento da propriedade agrária e florestal, formação, etc. Gerou-se uma espiral que fez depender as escolhas e as trajectórias de desenvolvimento rural de factores externos às próprias comunidades rurais, elevadas à condição de meras receptoras passivas desses investimentos.

Não interessava nem preocupava o estado de ânimo e a auto-estima do *doente*, o diagnóstico pouco importava, a receita era sempre a mesma e mal cuidava das dimensões mais *soft* do desenvolvimento comunitário, como as questões da animação no domínio associativo ou as relativas às políticas sociais locais.

Hoje, mais do que um sector de actividade ou um qualquer tipo de equipamento, o centro, destinatário e protagonista de todas as medidas de política de desenvolvimento rural deve passar pelos próprios cidadãos, colocando a tónica na animação comunitária e na mobilização dos recursos endógenos. Doutro modo estaremos apenas a arranhar a superfície dos problemas dos territórios rurais. Se nos interessamos pelo rural é porque nos preocupamos com as

Domingos Santos

[Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)]

peças, com os territórios, com a rede de relações sociais, com as potencialidades que é fundamental promover para qualificar os processos de desenvolvimento.

Este é um tempo que nos deve obrigar a uma releitura crítica das teorias, dos modelos de intervenção e de gestão das políticas de animação para o desenvolvimento dos espaços rurais. Como inverter processos que estão a levar à progressiva esterilização das raízes culturais de muitas comunidades rurais? Como dar sentido à acção concertada se quase tudo o que nos circunda na esfera social se vai desagregando? O desenvolvimento refere-se às pessoas, não a objectos. Temos de estar dispostos a admitir que não temos todas as respostas. Se pensarmos o contrário, então, provavelmente, nunca teremos condições para reinventar novos caminhos de futuro.

É muito importante fazer emergir parcerias locais virtuosas. Quero com isto dizer, no fundamental, que importa evitar alianças que visam mais objectivos de repartição de fundos de apoio do que, efectivamente, contribuir, de modo generoso, para a necessária mudança e inovação social que terão forçosamente de ocorrer. Todas as práticas de desenvolvimento rural são eficazes, desde que abranjam o fundamental: articulem e animem redes sociais e favoreçam a democracia na base da sociedade, no quotidiano do cidadão. Trabalho em rede e democracia: para quem quer promover o desenvolvimento por meio do investimento em capital social, este é o ponto!

Agora, que se percebe que o futuro do mundo rural passará por um efectivo emagrecimento demográfico, interessa perceber quais devem ser as apostas que lhe permitam gerar recursos económicos suficientes que assegurem



alguma sustentabilidade. A atenção ao capital humano e social desses territórios deve constituir o foco e a alavanca de toda a intervenção. Não é um desafio fácil, mas nada faz sentido se os cidadãos não forem os primeiros destinatários, e desde logo, também, autores desse processo de mudança. Participação com o firme propósito de criar novas formas de autonomia e a criação e afirmação de novas lideranças sociais.

Uma atenção especial deve ser dada à pobreza rural, que vem alastrando, afectando recursos humanos e financeiros adequados para prevenir e combater as diversas formas de exclusão social nesses meios e apoiar as populações mais vulneráveis, que vivem com mais rigor o peso da marginalidade económica e social. Um dos focos estratégicos da intervenção deve passar pela população rural jovem, um bem cada vez mais escasso que convém captar e modelar por representar o factor crítico de mudança e a possibilidade de romper com as formas de reprodução arcaicas das anquilosadas estruturas que condicionam o devir rural.

Um dos principais efeitos desta carência de que sofre a população rural vê-se reflectido na desintegração dos núcleos familiares alargados, na erosão das redes interpessoais e das redes institucionais. Este processo também afecta as expressões culturais e a coesão territorial dos

espaços rurais, o que faz perigar não só as tradições e os costumes imemoriais como, também, coloca em risco as próprias estruturas sociais locais.

É preciso mudar de agulha na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural: passando de um enfoque centrado no crescimento e na competitividade para um outro em que o bem-estar social assente sobre as bases e as dinâmicas locais, como garantia de futuras redistribuições sociais. A equidade social e territorial deve ser um eixo condutor estruturante da nova institucionalidade. É quase impossível garantir limiares mínimos de coesão social e económica sem a existência de coesão territorial. São umas dependentes das outras.

Sem sustentabilidade endógena económica e social, muitos dos territórios rurais mais frágeis necessitam, é bom sublinhá-lo, de políticas de discriminação positiva, que devem ser consubstanciadas em medidas pró-activas de intervenção pública. O que não pode significar, longe disso, a aposta nas mesmas terapias! ■

BRACOS DO MESMO TRONCO

Luís P. Soares

A Democracia, palavra sagrada e imutável, pode contudo provocar alguns problemas, pelo facto de poder significar coisas diferentes para todos os homens, já que o seu fio condutor é moldado a objectivos diferentes, sendo alguns de contornos duvidosos.

Com coisas boas e coisas más é certo, porquanto como é óbvio nada é 100% perfeito, mas certamente, que o saldo das coisas boas, ainda assim, tem carácter bastante positivo nos seus avanços.

Como por exemplo, basta só olhar para os países da Península escandinava, que detêm tão simplesmente cerca de 80% das riquezas mais consistentes de toda a Europa, com a Suécia na liderança, - quando esta, há umas décadas era uma “sombra no deserto”- e hoje: não faltam os tais neurónios intelectuais, cultura, inovação, criatividade e empreendimento; trabalhadores qualificados e outros menos qualificados porque todos são precisos em todas as áreas, também, não se nota a falta; nem falta a garantia de um modelar e ímpar sistema de Justiça Social e de Solidariedade.

É óbvio que, com este tipo de ampla visão, é perfeitamente expectável desenvolverem-se Sociedades estáveis e equilibradas, com as suas definidas estratégias de dinâmica de crescimento que abrangem o bem comum e consequente salvaguarda dos Direitos de Cidadania, sobretudo, porque é inquestionável que todos somos braços do mesmo tronco: a Humanidade.

O contrário disto são derivas que têm tanto de perverso como de ambíguo e redutor, ao ponto de, como hoje ainda acontece em tantas latitudes, poder relegar os cidadãos para guetos amorfos do silêncio e da indiferença, conducentes ao espartilhado calendário de sobrevivência endémica e subserviente, atirando o

futuro que legitimamente todos devemos ambicionar como um Direito Universal para bem longe do pensamento e da acção.

Ora, por outro lado, e claro sob o meu ponto de vista e sem demagogia nem fatalismo entenda-se, lembrando o interior do país, e neste caso particular refiro a Região da Beira Interior, que tem excepcionais potencialidades para, receber e desenvolver ambiciosos e sólidos projectos competitivos de vária ordem de grandeza, visando vários quadros de aplicação que geram riqueza distributiva e consequente bem-estar.

O que não tem acontecido desde longa data, porquanto é, precisamente, a falta de coerência na Intelectualidade Democrática Pluralista, ou da Pedagogia do Bom Senso, como dizia *Mathieu*, na justa medida a que ela obriga, sobretudo, no equilíbrio geoestratégico de desenvolvimento estrutural que abranja a economia regional como parte indissociável de um todo, segurando as gentes às suas terras, motivando-as sem receios de ruptura.

Sendo certo que só as pontes e os milhares de quilómetros de estradas asfaltadas que têm sido construídas nas últimas décadas em nome do progresso, que são sem dúvida uma mais-valia plausível que ninguém de bom senso porventura ousará pôr em causa, não deixa, no entanto, de levantar questões objectivas porventura pertinentes ou, de contradição, aceito:

- Se essas obras poderão ser mais entendidas como medidas de aproximação regional complementar?
- Ou da espuma das coisas?

Onde as carências de vária ordem são notórias: a vertiginosa desertificação humana dos meios rurais é um facto concreto; os abandonados campos agrícolas surgem aos nossos olhos como sementes da indignação, é textual; os poucos cidadãos, alguns idosos e iletrados, que resistem não raro cercados de isolamento e solidão que, por hipótese não raro remota de um ou outro meio de comunicação social ser aí o único contacto que resta aos atrofiados meios rurais com o mundo exterior são também, uma realidade objectiva.

São estas realidades de evidente impacto mediático pela negativa que, nos nossos dias, dão lugar a outra preocupante realidade, ou seja, repete-se o enfoco na diáspora que teve lugar principalmente nos anos sessenta e setenta do Séc. XX, em que milhares de homens e mulheres, partiram além fronteiras em busca de melhor qualidade de vida, que de resto, nem todos conseguem triunfar. Mas tentaram e tentam.

É óbvio que, assim, não se constrói um país com matriz de auto-suficiente em vários sectores de actividade perfeitamente ao nosso alcance; se nos lembrarmos como é possível, por exemplo, que, em cada dez garfadas de alimentos que ingerimos, parece que nove vêm de fora!?

Por fim, permita-me que a propósito termine citando Roosevelt que, para além da sua notável estatura de estadista que bem se conhece a nível mundial, era em toda a circunstância um reconhecido intelectual: - “Ninguém nos poderá fazer sentir inferiores sem o nosso consentimento!”. ■

NO PRINCÍPIO EU ERA O RETORNADO, PASSADO ALGUM TEMPO... TODOS ME PEDIAM EMPREGO!

Entrevista a
Luís Gomes Filipe, 72 anos
(DANONE)



Antes de mais, quero desde logo dizer que já estou afastado da vida activa. Já só faço aquilo que quero e que me dá gosto. Já não tenho compromissos, sou um reformado.

Ainda bem, quando nós podemos fazer apenas aquilo que queremos... Significa que é uma vida que chegou ao bom objectivo.

Eu posso dizer que me sinto realizado, neste momento.

Naturalidade e percurso de vida?

Sou do concelho de Castelo Branco, da anexa Paradanta, pertencente à freguesia de São Vicente da Beira. Fui seminarista em Lisboa. Mais tarde, como tinha irmãos a viver em África, fui para Moçambique em 1953. A minha primeira actividade lá foi como comercial. Estive por lá durante 28 anos, e posso dizer que fui proprietário de um pequeno império. Tinha uma sociedade com os

meus irmãos que englobava uma exploração pecuária na Zambézia, no Delta do Zambeze, no distrito do Chinde, e um pequeno comércio.

Voltei definitivamente em 80, mas no período de 1974 a 1980, estava mais tempo em Portugal do que lá. Assisti ao içar da bandeira moçambicana e foi um choque. Eu até concordava com a independência do país, mas penso que se processou de forma muito estúpida. Aliás, eu fui dos poucos brancos a assistir ao momento, que decorreu em Quelimane, no campo de futebol do Sporting.

Sempre me dei bem por aquelas terras. Às vezes, pediam-me uns sapatos, um relógio, até uma bola de futebol me pediram uma vez, e eu levava-lhes as coisas daqui. Nunca fiz contra-revolução. Tive a oportunidade de me juntar à armada moçambicana, mas nunca quis. Sempre preferi manter-me português.

Quando regressou, conseguiu vender alguma coisa?

Não. Deixei lá tudo. E ainda estive para comprar um avião para me deslocar pelos 50 mil hectares da propriedade agrícola. No entanto, chegou o 25 de Abril e acabei por não o adquirir.

Quando regressou a Portugal nos anos 80, que se dedicou a fazer em Castelo Branco?

Eu vinha a Portugal de mês a mês ou de dois em dois meses. Dos meus irmãos, dois já cá estavam. Na altura, os iogurtes constituíam um mercado em expansão. O consumo per capita cresceu de 6 quilogramas para os actuais 18 quilogramas. Portanto, foi um salto imenso até aos dias de hoje. Acabámos por apostar no sector de produtos lácteos e montámos uma fábrica de iogurtes chamada Iofil.

Se bem me lembro, nos anos 80, vi uma reportagem contando a vossa experiência inovadora nos iogurtes.

Sim, sim. Fomos contar a nossa experiência de sucesso. Todos nos davam poucos meses de vida até irmos à falência e quando, na altura, grandes empresas do ramo como a “Bom dia” e a “Ucal” foram à falência, nós íamos de vento em popa.

Quando nós começamos, ainda em 1979, a nossa empresa era a Iofil, e convidámos a Danone para ser nossa parceira e eles recusaram o convite. Diziam que a localização era pouco prática e, de facto, naquele tempo era. Ir a Lisboa nesses tempos era uma aventura.

No entanto, a nossa empresa continuou a crescer e constituiu um verdadeiro sucesso, tanto que, passados oito anos, foi a própria Danone que nos procurou para fazer uma parceria.

Durante esses primeiros oito anos, o que é que tinham conseguido no mercado?

Portanto, começámos com uma empresa pequena, familiar, que criava 20 postos de trabalho. Passados três meses, os postos de trabalho eram já 80.

Mas qual era o vosso saber fazer? Qual era a vossa experiência no ramo?

Não tínhamos. Eu fiz muita coisa na vida, mas neste sector nunca tinha feito nada. Além de que não tinha bases académicas nenhumas. Eu tenho o equivalente ao 5º ano antigo. Portanto, isto nasceu por pura necessidade. Nós chegámos a Castelo Branco e tínhamos de trabalhar. As pesso-

as que estavam emigradas têm uma mentalidade diferente daquelas que nunca saíram de cá. E os retornados foram muito mal recebidos. Eu por acaso não. Era o retornado, mas, passado uns anos, muita gente me vinha pedir emprego.

Como disse, nós tínhamos que trabalhar em qualquer coisa. Sabíamos que o iogurte era um produto com futuro e tivemos a sorte de arranjar um técnico, o Eng. Morgado Pires, que era um grande conhecedor do fabrico do iogurte.

Éramos cinco irmãos, dois foram fazer um curso intensivo professorado pelo Ministério da Agricultura para transformação dos produtos lácteos e ficámos com umas “luzes” sobre o funcionamento do sector. Depois, conseguimos o dito Eng. para trabalhar connosco, obtivemos muitos conhecimentos através de várias conversas com quem percebia do assunto, fizemos um estudo de mercado antes de arranjar que garantia que este era um investimento viável, e decidimos avançar.

Qual era a novidade dos iogurtes Iofil em relação aos já existentes?

Os nossos iogurtes não tinham corantes nem conservantes. Quando todos os outros iogurtes tinham o corante alimentar, sobretudo o de morango, como se isso comprovasse de melhor forma que o iogurte era realmente de morango, os nossos iogurtes eram todos brancos, até porque na altura só fazíamos iogurtes de aroma. Nos iogurtes de aroma éramos líderes de mercado. O natural era a nossa mais-valia. O grande nutricionista Dr. Fernando Pádua no Porto, com quem nós nunca falámos, num seminário em Castelo Branco, recomendou o nosso iogurte como alimento para uma vida saudável.

De resto, tivemos aventuras engraçadas. Os acessos à cidade eram péssimos. Muitas vezes, os camiões ficavam atolados pelo meio do caminho. Todavia, isso também era uma coisa comum em África, pelo que já vínhamos preparados para lutar.

Estava numa boa idade e cheio de vontade de vencer. Muitas vezes, saía de Castelo Branco de madrugada e chegava aos armazéns em Lisboa primeiro que os empregados. E andava todo o dia a trabalhar, quase nem almoçava, excepto quando tinha almoços comerciais, saía de Lisboa à meia-noite e chegava aqui a altas horas da madrugada, para nessa manhã estar outra vez na fábrica.

Ainda vai a Moçambique de vez em quando?

Hei-de ir brevemente, ainda este ano.

Começaram com uma pequena empresa em Castelo Branco. Os grandes centros de consumidores estão a 200 quilómetros de distância. Foi necessário montar uma estrutura de distribuição própria ou não?

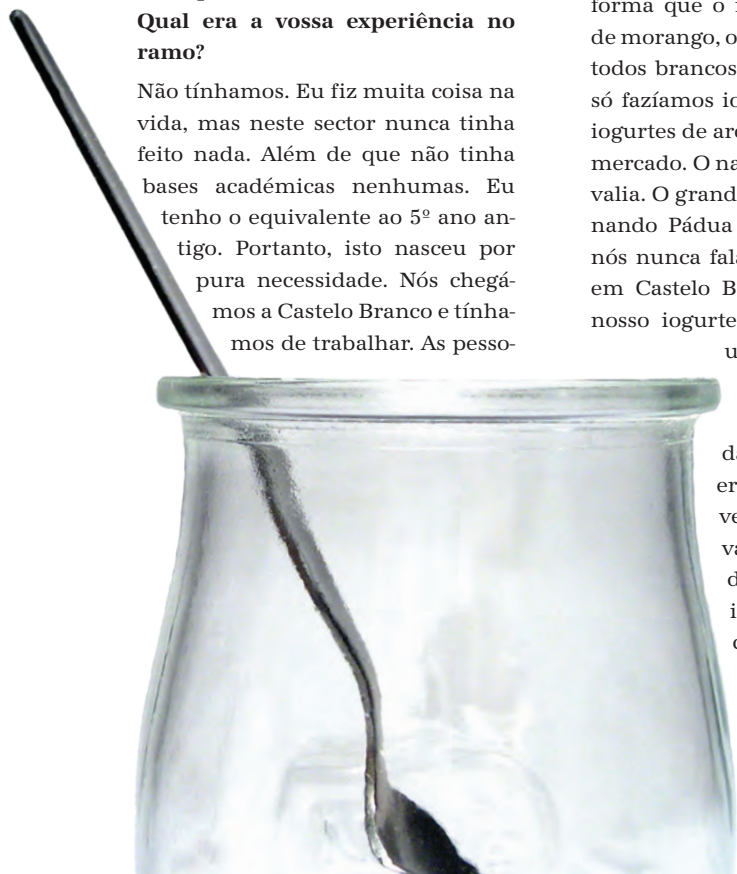
Sim, foi. E foi esse sistema de distribuição próprio que levou a Danone a apostar em nós. Tínhamos em todos os distritos um armazém central, em distritos maiores como Lisboa e Porto tínhamos até vários. Em grande parte, foi este sistema que permitiu o grande impacto do nosso iogurte junto dos consumidores.

E foi aí que os espanhóis decidiram abraçar-vos?

Sim. A Danone nasceu em Espanha e só mais tarde se expandiu para França. A Danone Espanha tinha, na altura, 55 ou 60 por cento do mercado espanhol e quem comprou parte da Iofil foi precisamente a Danone Espanha. A escritura foi feita em Outubro de 1989. Mas, a Danone em Portugal é uma empresa nacional. Nós ainda mantemos uma percentagem da empresa.

Quando venderam a Iofil à Danone de Espanha, vocês bloquearam a questão da Administração?

Não. Na altura, o líder da Danone Espanha, uma pessoa bastante correcta e capaz, manteve-me na Administração, cargo que ocupei durante 18 anos, mas o acordo não obrigava a isso. Embora quem mandasse não fosse eu (risos). E ainda hoje sou administrador, embora já não seja administrador executivo.





Veio a parceria e com ela que trouxeram os espanhóis?

Os espanhóis foram uma mais-valia. Os espanhóis têm uma tecnologia muito mais evoluída do que a nossa. Tinham um laboratório fantástico em Barcelona. Nós também tínhamos um, mas não tinha nada que ver com o deles.

E qual era a percentagem de mercado da Iofil na altura da venda à Danone?

À nossa frente só estava a Longa Vida da Nestlé e a Yoplait. Tínhamos 17 por cento de mercado dos aromatizados. Hoje temos à volta de 40 por cento do mercado. Hoje em dia, o principal concorrente ainda é a Longa Vida, que era também uma empresa familiar em expansão. No entanto, quando apareceu a Danone em força, eles lá pensaram que seria melhor entrarem em acordo com a Nestlé para montarem uma estratégia de concorrência à Danone e acabaram mesmo por vender tudo.

Nós ainda mantivemos 30 por cento.

Quando falamos em Danone, falamos de uma empresa de capitais estrangeiros?

Sim, mas a empresa é juridicamente portuguesa, ou seja, juridicamente é independente da outra Danone.

Mas a minha pergunta é: Aquilo que afecta a Danone Internacional afecta a Danone Portuguesa?

Sim, é verdade. Para o bem e para o mal, o que afecta a Danone Internacional afecta a nossa. Ela é líder em todo o mundo. Na maior parte dos mercados, onde está implantada, ela é líder. As excepções são os Estados Unidos da América e a Itália, salvo erro.

E as soluções são sempre idênticas àquela que encontraram em Portugal?

Em alguns casos recorreram ao mesmo tipo de solução. Mas não só. Houve casos em que compraram totalmente as empresas. Noutros ainda, adquiriram terrenos e instalaram-se.

Não está arrependido de ter vendido parte da empresa?

Não. Mesmo apenas com esta migalhazinha que mantivemos, dá para viver muito bem sem preocupações. Nós éramos seis sócios, cinco irmãos e um primo, cada um tem dois filhos. Se não tivéssemos concretizado esse negócio, provavelmente, hoje em dia, andava tudo em guerra. Tudo isso foi ponderado na altura. Assim todos ganhámos e todos ficámos a viver bem e deu para construir um património para assegurar o bom nível de vida da família.

O que seria de Castelo Branco sem os retornados?

Hoje, o que existe em Castelo Branco foram os retornados que fizeram. Os grandes casos de empresários de sucesso são tudo pessoas retornadas de África. Na altura, tínhamos sangue novo e púnhamos em prática tudo o que a experiência de emigração nos ensinava. Tínhamos ideias novas e mentalidades muito diferentes das daqueles que nunca tinham saído do país, ou mesmo da Região.

As pessoas saíram, passaram anos lá fora, voltaram, grande parte delas na depressão, e conseguiram dar a volta por cima. Arranjaram iniciativas e transformaram a economia. A que é que se deve isso?

Eu acho que nós vínhamos com uma mentalidade diferente daqueles que cá estavam. Conhecemos novas realidades e fizemos mais contactos.

Quando as pessoas retornavam, deparavam-se com a dificuldade do “O que é que eu vou fazer?” E o que me parece é que a imensidão daquele espaço africano é um desafio, as pessoas sentem-se desafiadas a empreender alguma coisa num sítio com tanta terra e tanto espaço. E a pessoa aceita e corre riscos. Mas a pessoa está disponível para correr riscos. E enquanto não se sai daqui, a pessoa não tem disponibilidade para correr riscos.

Exactamente. Eu chego aqui sem nada, mas eu e os meus irmãos arriscámos. Com grandes riscos de perdermos, mas arriscámos.

Houve algumas ajudas?

Tivemos um apoio de 40 mil contos, com juros muito baixos, sem ser a fundo perdido. E ainda bem, porque eu não concordo com o fundo perdido. A Caixa considerou-nos uma empresa modelo na altura, que foi uma grande ajuda. Mas também houve muitos contras.

E depois há quem diga “quem tinha perdido tudo, pode bem arriscar, porque não tem mais nada a perder”.

Isso não é bem assim. As mulheres eram funcionárias públicas em escolas, tinham o vencimento garantido. Dava perfeitamente para sobreviver só com esse ordenado. Mas nós resolvemos arriscar. E, felizmente, correu bem. Anos mais tarde, ainda cheguei a ser presidente do NERCAB.

E que pensa sobre esta situação de crise de que tanto se fala? Se tivesse hoje 50 anos o que faria?

Se calhar emigrava. Há demasiadas promessas que não se cumprem. Emigrava talvez para a Austrália ou para qualquer outro país imenso, grande, Angola, ou até mesmo Moçambique.

Mas realmente acredita nesta história da crise?

A crise existe, mas a grande culpada da sua existência é a comunicação social. A crise existe e ainda não bateu no fundo.

Mas há uma cura para a crise?

Temos que produzir. Fala-se em aumento de ordenados, mas se não houver dinheiro em circulação, a crise vai manter-se. É preciso que as pessoas acreditem no amanhã e o grande mal dos portugueses actualmente é a falta de fé. Mas a crise existe. Inclusivamente, nós, Danone estivemos sempre em crescimento nos últimos 10 anos e no ano passado nem todos os objectivos pretendidos foram atingidos. Mas nada de grave.

Com tem sido a expansão industrial de Castelo Branco?

A Iofil foi a primeira empresa a instalar-se na Zona Industrial de Castelo Branco. Logo, acompanhei todo o desenvolvimento que se prosseguiu. Penso que Castelo Branco é uma cidade bem situada, tem uma localização estratégica entre Lisboa, Porto e Madrid. E, para mim, a localização por auto-estrada até Monfortinho é muito importante.

Alguém me disse que o município de Castelo Branco não se tem batido por esta ligação a Monfortinho como se bateu pela A23. Uma coisa é certa: Castelo Branco está servido pela A23, mas o interior rural não está...

Sim, é capaz. Mas o presidente Morão tem feito um bom trabalho e que está à vista de toda a gente. No entanto, o presidente anterior, Vila Franca, também fez. Ele foi o primeiro autarca a vender o metro quadrado aqui na zona Industrial ao preço simbólico de um escudo.

O Joaquim Morão, com a sua visão, deu continuidade à estratégia.

Castelo Branco cresce. Mas aquilo que está à volta da cidade, que vamos fazer do resto?

Isto acontece o mesmo em relação a Lisboa. As cidades atraem toda a população e as zonas rurais ficam sem

gente. Se for passear na rua, só vê gente da minha idade, não vê jovens. Vão-se vendo alguns estudantes, mas todos os que entram na idade activa acabam por desaparecer, vão trabalhar para fora da Região.

E o que é que se pode fazer para alterar a nossa situação?

Gostava que nem tudo o que se fizesse neste País fosse a olhar para o mar. Porque tudo o que beneficia este país é feito no Litoral.

As grandes superfícies comerciais compram em grandes centrais de compras como Alcanena, etc...

As grandes superfícies não trouxeram qualquer benefício para Castelo Branco. Pelo contrário. Trazem uns míseros vencimentos para os empregados e tudo aquilo que ganham levam embora. E quem aqui produz alguma coisa, não consegue vender nada.

E como é que se há-de animar a produção aqui?

Os sócios da Iofil têm também uma quinta para produção de cerca de 14 hectares de cereja. Eu acabo por escoar este produto para fora da Região, porque não encontro condições para o vender aqui. E se dessem as condições necessárias às pessoas para vender os seus produtos na Região, com o que ganhavam acabavam por investir cá. Penso que a única solução estará em se alterar a mentalidade dos portugueses e lutar pela produção nacional em detrimento daquela que é importada do estrangeiro. ■

“PENAMACOR NA HISTÓRIA E NA LENDA” CATIVANDO JOVENS PARA A PRESERVAÇÃO DO ESPÓLIO CULTURAL E PATRIMONIAL



O Projecto “Penamacor na História e na Lenda”, integrado na Acção 1.2 do Programa Juventude em Acção, é uma parceria entre a ADRACES e o Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches de Penamacor.

É uma iniciativa que pretende envolver os Jovens de Penamacor, com idades compreendidas entre os 17 e os 18 anos, despertando-os para a riqueza do Património, História e Cultural local.

Nas Zonas rurais, onde a diversidade de actividades vocacionadas para juventude é escassa, o desafio passa por incentivar os jovens a serem cidadãos activos na sua comunidade, envolvendo-os directamente no Projecto e criando-lhes espaço para a aquisição de competências através de uma educação não formal, nomeadamente na aprendizagem de tomada de decisões e responsabilidades que contribuam para o seu desenvolvimento social e pessoal.

Pretende-se que os jovens elaborem um documentário, em DVD, que interligue as novas tecnologias da Comunicação e de Informação, com a História, a Cultura e o Património de Penamacor, dando-lhes, para isso, liberdade de acção na originalidade e criatividade para a elaboração das diferentes fases do projecto.

Este projecto assume-se ainda como um estímulo à participação posterior de outros jovens em projectos similares.

Durante o projecto serão realizadas tarefas de pesquisa, mesas redondas de reflexão e partilha de ideias, workshops de dicção e colocação de voz, workshops de representação, entrevistas, auto-avaliação contínua durante o processo, visitas a diversos pontos do concelho de Penamacor, entre outras actividades.

Ana Amaro, Ana Vitorino, António Robalo, Carla Salvado, Carolina Rico, Dalila Delgado, Daniela Geraldês, Elisabete Silvestre, Flávio Ramos, Inês Vaz, Joni Mateus, Márcia Gaspar, Mariana Salgueiro, Telma Pinto, Vanessa Crucho, são os jovens envolvidos neste projecto, acompanhados pelo professor António Canoso e pela Técnica da ADRACES Sandra Vicente.

No final do projecto, pretende-se que um conjunto de produtos seja materializado: um documentário em DVD, um blogue - onde estará relatado todo o processo, uma exposição fotográfica e um Guia de Boas Práticas. Será ainda realizada a disseminação dos resultados e das boas práticas do projecto pelos restantes Agrupamentos de Escolas da Zona de Intervenção da ADRACES: concelhos de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Idanha-a-Nova, através da apresentação do DVD e da Exposição de Fotografias Itinerante.

Para já, o desenvolvimento das várias fases do processo pode ser consultado através do endereço:

<http://www.penamacornahistoriaenalenda.blogspot.com/>



ALINHAVOS DE ARCO-ÍRIS SOBRE TELA

Maria Celeste Inês, com 62 anos, de Casal da Fraga, em São Vicente da Beira, é a autora dos trabalhos apresentados, cuja técnica utilizada - ainda sem nome - reconhece como sua invenção.

A artesã aplica a técnica nos mais variados suportes como carteiras, almofadas, panos de tabuleiro, tapetes, colchas ou outros que a sua imaginação possa ditar.

Desce a luz sobre a trama, iluminando os trilhos tecidos em lã. A mão, segura do seu próprio destino, desliza por entre a tela, ferindo-a com golpes de ternura em cada linha do enredo até ao capítulo final. São sequências de cores, em jogos de esconde-esconde para despontar mais à frente em assomos de corajosa criatividade. Devagarinho, preenchem-se as fendas com o cálido fio da lanugem. Apaziguam-se as dores que se reflectem no pano, cicatrizam as feridas abertas pelas asperezas da embaraçada teia.

Ponto por ponto, como quem alinhava a vida em combinações de arco-íris, se vão desenhando sinuosas as sedutoras geometrias da vida.

FM



ATIRANDO
PEDRINHAS NA POÇA

AI... QUE SEM TREMPPE TEMOS O CALDO ENTORNADO!

Abel Cuncas

Como dizia o bem-falante do meu primo Belinho, o mais brilhante dos Cuncas cá da BIS, na sua última conferência realizada na amplíssima nave maior do complexo universitário da Cuncaria, como já devem saber, situada em lugar secreto (os e as Cuncas, embora pedradas, também não gostamos de terroristas), no labirinto das cuncavidades do Erges, conferência organizada anualmente e patrocinada pela Emersa e Sub-Pontifícia Universidade Cuncalcía das grandes veias hidráulicas da BIS: Erges, Ponsul e Ocreza; -sem trempe entorna-se o caldo!

Habituaados que fomos, desde as origens das nossas redondezas arenosas, a submeter sempre três das nossas, das mais firmes e estáveis, ao sacrifício do fogo, para servirem de base ao “tacho”, o Sábio eminente e competentíssimo etnólogo da Cuncaria, maiormente respeitado, lembrou-nos do período Histórico em que a Comunidade Cúncara (mais conhecida pela abreviatura – “C.C.B.” Comunidade Cúncara da BIS - não confundir com o CCB - Centro Cultural de Belém) foi dispensada desse sacrifício ritual destinado a garantir a estabilidade dos tachos, ritual que aquecia demasiado o nosso ambiente pondo em risco a nossa fresca existência.

Durante mais de um século, graças à revolucionária invenção da trempe, do tripé e das três pernas de cada panela, estas substituíram de forma generalizada, vantajosa e sistemática, os antigos tachos de redondos fundos chatos, segurando de pé todas as concavidades de cozinhar, que em todas as lareiras térreas, sempre bem enterradas nos braseiros perenes das nossas chaminés, garantiam a toda a hora, um caldinho daquilo que houvesse, sempre morno e aconchegante das friuras do Inverno.

Saudosas panelas! Sustentadas pelas suas vigorosas três pernas, eram uma fonte de estabilidade para a Sociedade. Segundo o tac tac tac da transmissão da grande sabedoria do meu “mais velho”, as panelas eram sustentadas pela perna “agrária”, pela perna industriária e pela perna escriturária. Segundo o Tio Belinho, a perna agrária começou a suportar sozinha o peso todo do caldo que outros comiam e, enquanto as outras duas engrossavam à sua custa, a agrária foi enfraquecendo, enferrujando, até que desfaleceu, provocando o desequilíbrio da panela e o entornar do caldo.

Com o caldo rural entornado, o pessoal cá dos nossos ribeirinhos, ficou à míngua. Voltaram os tachos, grandes e largos, onde se alambuzavam os que muito tinham... até que o povo cá da Cuncaria, prevenido cá pelo Abel e pelas Comunidades parceiras, começou a querer de novo as suas panelas cheias, antes do enchimento dos grandes tachos alheios.

Agora, com o caldo entornado, todos procuram de novo pela estabilidade das três pernas, fingindo não saber, como se de outro “ovo de Colombo” se tratasse, como endireitar as panelas que a toda a hora garantiam o caldo de toda a gente. - Assim falou o meu Tio Belinho na sua última conferência, antes duma enxurrada quase o ter levado desta para pior.



NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

ONDAS CURTAS EUROPEIAS 04

“Em 50 anos, a política rural estruturou-se, reforçou-se financeiramente e sobretudo provou a sua eficácia e, portanto, a sua pertinência nos territórios, mas, apesar de tudo, deixa um sentimento de coisa inacabada e continua comprimida e empurrada de um lado para o outro entre uma PAC demasiado agrícola e uma política de coesão excessivamente urbana e infra-estrutural.”

GRANDE TEMA 18

“Se as atitudes, os comportamentos e relações de trabalho não forem relações de participação, solidariedade, tolerância, discussão colectiva, partilha das informações, decisões consensualizadas democraticamente, etc., então, dificilmente os técnicos e responsáveis pela sua concepção e implementação poderão ser, para além de gestores de instrumentos financeiros, portadores de mensagens sobre os valores acrescentados do DL.”

“A coesão social não se constrói por decreto; a coesão social constrói-se trabalhando em comum. Quando se trabalha ao lado do outro, faz-se coesão social”.

“Os territórios de baixa densidade têm espaço para produzirem em extensão produtos limpos e serviços de qualidade integrando mais-valias ambientais e culturais próprias que decorrem da sua história, modos de produção e tecnologias humanizadas! Perante estas limitações e paradoxos, é preciso nas comunidades locais não cair na lamúria e queixumes em relação aos centros de decisão”.

AO SABOR DA PENA 40

“Se nos interessamos pelo rural é porque nos preocupamos com as pessoas, com os territórios, com a rede de relações sociais, com as potencialidades que é fundamental promover para qualificar os processos de desenvolvimento”.

